



POLÍCIA FEDERAL
COORDENAÇÃO DE INQUÉRITOS NOS TRIBUNAIS
SUPERIORES - CINQ/CGRC/DICOR/PF

Ao Exmo. Ministro Alexandre de Moraes do Supremo Tribunal Federal

Referência: Distribuição por dependência STF PET 12.042

A Polícia Federal, por intermédio do Delegado de Polícia Federal que subscreve a presente peça, no uso de suas atribuições previstas no art. 144, §1º, incisos I a IV, da Constituição Federal e artigo 4º e seguintes do Código de Processo Penal, vem, respeitosamente, à presença de Vossa Excelência para REPRESENTAR por Medida Cautelar Probatória (**Busca e Apreensão**)

1. Introdução

Trata-se dos autos do procedimento da PETIÇÃO (PET) nº 12.042 em trâmite perante o Supremo Tribunal Federal, instaurado por prevenção à PET nº 11.562 em possível contexto de atos atentatórios ao Estado Democrático de Direito, associação criminosa, desvio de recurso público (peculato) e uso de documentação falsa. Figuraram como investigados, o Deputado Federal Gustavo Gayer Machado de Araújo, João Paulo de Sousa Cavalcante (CPF 051.171.441-63), Letícia Bruno de Araújo (CPF 734.096.931-49), Bruno Amaral Machado (CPF 019.370.171-50), Joselene Maria Sergia Bastos (CPF 419.152.591-34) e Vanderly Araújo de Carvalho (CPF 223.153.141-00).

Com efeito, a partir da prisão preventiva de João Paulo de Sousa Cavalcante, em decisão exarada nos autos da PET 11.562 em razão de ter financiado e participado da tomada dos prédios públicos na Praça do Três Poderes (Brasília-DF), a análise dos dados contidos em seu dispositivo celular, conforme a Informação de Polícia Judiciária 184/2024, trouxe à baila condutas potencialmente ilícitas do Deputado Federal Gustavo Gayer Machado de Araújo, envolvendo o desvio de recursos públicos, que teriam, em tese, contribuído para movimentar e direcionar recursos em favor dos atos antidemocráticos. Anote-se, por oportuno, que a análise dos dados extraídos do celular de João Paulo, conhecido por sua atuação como político e empresário do setor de comunicação e marketing com atuação primordial em Goiânia/GO, revelou sua associação com o Deputado Federal Gustavo Gayer Machado de Araújo, além de descortinar indicativos de desvio de recursos públicos e uso de documentação falsa.

As investigações evidenciaram a utilização de empresa constituída em nome de João Paulo para viabilizar o recebimento de recursos públicos indevidos em razão de atividades políticas ilegítimas. Notadamente, a empresa "Goiás Online", sob responsabilidade de João Paulo, e a "Loja Desfazueli", vinculada ao filho de Gustavo Gayer, que são pontos centrais, - mas não únicos do presente feito -, ao indicativo de desvio recursos públicos destinados à assessoria parlamentar e à gestão de empresa particular. Constatou-se, ainda, que as instalações físicas do gabinete parlamentar do Deputado, custeadas com a rubrica de cotas parlamentares, possivelmente foi usado *simultaneamente* para as operações da

escola de inglês "Gustavo Gayer Language Institute", pessoa jurídica de direito privado, e para as atividades comerciais da "Loja Desfazueli", pessoa jurídica de direito privado, caracterizando uso inapropriado de recursos destinados ao serviço público.

Tratando-se de pessoa detentora de foro por prerrogativa de função (art. 102, I, b, da CF/88), Deputado Federal Gustavo Gayer Machado de Araújo, a investigação foi autorizada pelo Ministro Relator Alexandre de Moraes conforme decisão constante dos autos da PET 12.042.

2. Das Hipóteses Criminais

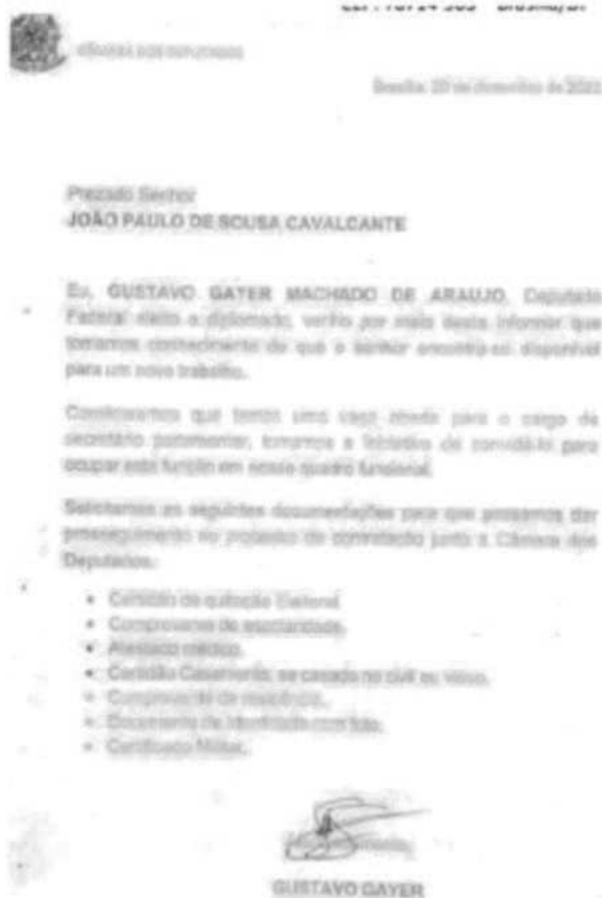
Dos fatos que motivaram a presente investigação, bem como dos elementos obtidos ao longo de seu curso, verifica-se a existência das hipóteses criminais abaixo listadas. Ressalte-se que a hipótese criminal não é fixa, podendo ser reduzida, ampliada, refutada ou confirmada ao longo da investigação. Contudo, serve como objetivo inicial para a condução dos trabalhos investigativos.

2.1 Peculato desvio (art. 312 §1º do CP) para a contratação do assessor João Paulo de Sousa Cavalcante

A análise das mídias apreendidas com João Paulo de Sousa Cavalcante, conforme a IPJ nº 289/2023 traz indícios que o Deputado Federal Gustavo Gayer estava disposto a contratar João Paulo de Sousa Cavalcante para a função de secretário parlamentar e que tal contratação não foi possível diante da inexigibilidade de João Paulo em razão de ter tido prestação de contas eleitoral julgada omissa. Cientes da impossibilidade da contratação pelo gabinete legislativo, para burlar tal impedimento, foi firmada contratação por intermédio da empresa (Goiás Online). Com efeito, as atividades desempenhadas pela Goiás Online, sob a fachada de serviços de publicidade e marketing, na realidade consistiam em assessoria parlamentar, o que foi evidenciado pelo gerenciamento da agenda do Deputado por JOÃO PAULO. Destarte, tais circunstâncias contrariam os termos das Notas Fiscais emitidas e indicam que os serviços prestados não correspondiam ao declarado oficialmente. A conduta mencionada, conforme as lições do professor *Olavo Evangelista Pezzotti*, configura a prática do delito de peculato na sua modalidade de desvio. Veja-se:

"O comissionado que deveria atuar em prol da administração dedica-se a atividades que são estranhas ao cargo que ocupa. Referido cenário caracteriza crime de peculato. Isso porque embora a prestação de serviço não se enquadre na elementar 'coisa' contida no preceito primário do art. 312 há de se discernir os casos em que há desvio da própria remuneração para custear serviço que foi ou é prestado na esfera privada. Em situações tais há uma obrigação particular de pagamento a qual é satisfeita mediante desvio dos 'valores' que deveriam ser empregados na legítima remuneração de cargos em comissão " (Pezzotti, O. E., & Frischeisen, L. C. F., 2020. Entre Fantasmas e "Rachadinhas": as Consequências Penais dos Atos de Desvio, Recebimento ou Apropriação de Valores de Remuneração de Cargos em Comissão, p.153). PEZZOTTI, Olavo Evangelista; FRISCHEISEN, Luiza Cristina Fonseca. Entre Fantasmas e "Rachadinhas": as Consequências Penais dos Atos

Comprovando o ajuste prévio, a partir do qual o esquema de desvio da verba parlamentar foi firmado, segue cópia de ofício assinado pelo Deputado Federal Gustavo Gayer, em 20 de dezembro de 2022, tendo como por escopo formalizar o convite de sua assessoria em favor de João Paulo de Sousa Cavalcante. Veja-se:



Prosseguindo, em consulta ao portal da transparência da Câmara dos Deputados, foi possível identificar que João Paulo de Sousa Cavalcante recebeu, por intermédio de sua empresa, o valor total de R\$24.000,00, em 3 parcelas mensais de R\$8.000,00, nos meses de março, abril e maio. Os fatos narrados, se confirmados, enquadram-se no fato tipificado como peculato no Código Penal.

Art. 312 - Apropriar-se o funcionário público de dinheiro, valor ou qualquer outro bem móvel, público ou particular, de que tem a posse em razão do cargo, ou desviá-lo, em proveito próprio ou alheio:

§ 1º - Aplica-se a mesma pena, se o funcionário público, embora não tendo a posse do dinheiro, valor ou bem, o subtrai, ou concorre para que seja subtraído, em proveito próprio ou alheio, valendo-se de facilidade que lhe proporciona a qualidade de funcionário.

2.2 Do uso de verba pública para remuneração de empresa particular (art. 312, §1º CP)

Para além dos desvios em favor de João Paulo, existem indícios que o Deputado Federal Gustavo Gayer pôde ter empregado recursos públicos, de cota parlamentar, destinados a arcar com aluguel de Gabinete Parlamentar, que era usado também para funcionamento de sua empresa particular – a escola de inglês Gayer e Gayer Idiomas Ltda (CNPJ nº 18.507.752/0001-09). O levantamento da Polícia Federal constatou que, o espaço físico, situado a Rua T-38, nº 147, QD 116, LT 11, Setor Bueno, Goiânia/GO, locado com cota parlamentar seria utilizado não só para funcionamento da escola de inglês Gayer e Gayer Idiomas, mas também para o desempenho das demandas referentes à Loja Desfazueli (CNPJ nº 49.602.710/0001-80).

A análise dos dados extraídos das mídias apreendidas demonstra indícios de que os secretários parlamentares de Gustavo Gayer utilizavam o mesmo espaço físico do gabinete para dar cumprimento a demandas afetas à Loja Desfazueli – o próprio Deputado Federal ordenou, em conversa com João Paulo, que esse “leve as camisetas e adesivos para escola”. Dessa forma, funcionaria no ambiente a escola de inglês Gayer Language Institute, o gabinete político do deputado federal, e as atividades presenciais da empresa Loja Desfazueli – sendo os dois últimos realizados pela equipe de secretários parlamentares. Os valores mensalmente pagos através de cota parlamentar variam, desde fevereiro de 2023, de R\$6.000,00 (seis mil reais) a R\$6.500,00 (seis mil e quinhentos reais).

Nesse ponto específico, verifica-se que a atividade privada capitaneada pelo congressista internaliza a integralidade dos *bônus* e somente parcialmente os *ônus*. Ora, como cedição, internalizar os custos de um empreendimento significa levar em conta os custos ambientais e administrativos, incluindo especialmente as despesas básicas com os serviços essenciais (*água, energia elétrica, internet, tributos, etc.*) na elaboração dos custos de produção e, conseqüentemente, assumir esses custos, sendo certo que esse expediente é elementar no universo da atividade privada. Ocorre que, ao direcionar a verba parlamentar para assunção de tais encargos, para além da irrefutável tredestinação da *res publica*, o parlamentar acaba por desequilibrar o ambiente concorrencial do setor, ante a matemática e objetiva posição de vantagem que se colocou.

2.3 Da aquisição de OSCIP mediante falsificação documento particular (art. 298, CP).

As análises realizadas pela Polícia Federal encontraram indícios de que o Dep. Federal Gustavo Gayer, por seus assessores, adquiriu uma associação, desativada em nome de terceiros, e a pretendem qualifica-la como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP) para o recebimento de verbas públicas por emendas parlamentares. Para tanto, foram realizadas diversas simulações contratuais para incorporar uma entidade que satisfizesse o aspecto temporal (mais de 10 anos de existência), além do viés teleológico, consistente nas certificações perante o poder público respectivo. Este o cenário, até o presente estágio probatório, existe indícios da prática de, ao menos, 02 (dois) atos diferentes de falsificação de documento particular, quais sejam, 02 atas de reuniões da Associação Comercial das Micros e Pequenas Empresas de Cidade Ocidental – ASCOMPECO, CNPJ 03.578.486/0001- 38, comportamento voluntário que se amolda ao Art. 298 do Código Penal: *Falsificar, no todo ou em parte, documento particular ou alterar documento particular verdadeiro; pena de reclusão de 1 a 5 anos e multa.*

2.4 Da Associação Criminosa (art. 288, CP)

Dos fatos investigados e dos elementos de prova coletados ao longo da presente investigação, emerge-se que os delitos se relacionam entre si e que foram

cometidos em conluio pelos investigados, configurando, em tese, a prática de associação criminosa conforme previsto no artigo 288 do Código Penal. Apurou-se que os envolvidos se organizaram de forma estável e permanente, com o intuito de cometer uma série de infrações penais. A apuração sugere a existência de pelo menos dois núcleos de associações criminosas distintas. Um núcleo operava internamente no gabinete do deputado, envolvendo assessores e outras pessoas próximas ao parlamentar, enquanto o outro núcleo incluía indivíduos ligados ao contador responsável, os quais estavam engajados na operacionalização de associações de fachada ou "laranjas".

Essas entidades seriam utilizadas para viabilizar o desvio de recursos públicos, sendo essa operação perpetrada pelo núcleo associativo vinculado diretamente ao gabinete do deputado. As ações destes grupos incluíam a criação e uso de entidades inativas ou fictícias, como a OSCIP mencionada no item 2.3, visando a canalização irregular de verbas parlamentares e outras vantagens econômicas. Conseqüentemente, os membros dessas associações criminosas, ao agirem conjuntamente e coordenadamente, evidenciam o propósito de obter proveito das infrações penais planejadas e executadas em grupo, caracterizando a conduta criminalmente tipificada no Artigo 288 do CP: *Associarem-se 3 (três) ou mais pessoas, para o fim específico de cometer crimes; Pena - reclusão, de 1 (um) a 3 (três) anos.*

3. Das Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP)

Em razão da gravidade em abstrato das infrações descortinadas neste inquérito, reputa-se como necessária uma breve explanação sobre a atuação das OSCIPs e o potencial prejuízo de seu uso indevido. As Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP) são entidades de direito privado, sem fins lucrativos, criadas por iniciativa de cidadãos para desempenhar serviços sociais não abrangidos eficazmente pelo Estado. As OSCIPs foram instituídas pela Lei nº 9.790/1999 e representam um marco na cooperação entre o Estado e a sociedade civil, visando à promoção de atividades e finalidades de relevância pública e social.

Segundo a lei de regência, para ser qualificada como OSCIP, uma organização deve atender a requisitos rigorosos, como a demonstração de suas atividades em relatórios anuais, a manutenção de transparência administrativa e a proibição da distribuição de lucros. Além disso, a entidade deve obter um título de Utilidade Pública Estadual, o que requer uma inspeção detalhada de suas operações e finanças, garantindo que suas ações estejam alinhadas com o interesse público. Apesar dos objetivos nobres, as OSCIPs têm sido vulneráveis ao uso indevido, especialmente relacionado ao desvio de recursos públicos.

Um ponto merece destaque: OSCIPs como instrumentos de Desvios de Recursos Públicos.

Infelizmente, algumas OSCIPs são utilizadas para práticas ilícitas, como o desvio de recursos públicos. Isso geralmente ocorre por meio de esquemas que envolvem a recepção de emendas parlamentares e a apropriação indevida de recursos públicos. Assim, o uso de empresas-fantasma ou "laranja" para desvio de recursos públicos através de Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público é um fenômeno bem conhecido. Empresas de fachada ou "laranjas" são adquiridas com históricos de operação (mais de 5 ou 10 anos) para criar uma aparência de legitimidade e continuidade nas operações. Tais empresas são atraentes para operações ilícitas, porque podem esconder a verdadeira propriedade e controle, facilitando atividades, como lavagem de dinheiro e desvio de recursos. Referidas entidades podem ser registradas em nome de intermediários, ocultando os verdadeiros beneficiários e dificultando a rastreabilidade dos fundos.

Neste sentido, as emendas parlamentares, que são recursos do orçamento destinados por legisladores para financiar projetos específicos em suas bases eleitorais e que, idealmente, deveriam apoiar iniciativas que promovem o bem-estar social, em muitos casos, são alocadas para OSCIPs com o propósito de desviar tais recursos. Com efeito, existem inúmeros registros de casos em que os fundos foram desviados para outros fins, incluindo benefícios pessoais ou políticos. Isso se dá, por vezes, através de sobrepreço em contratações e serviços ou por meio de relatórios fraudulentos. Aponta-se, como referência, o caso conhecido como **"Máfia das Sanguessugas"** - <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc1605200616.htm>; onde se investigou um esquema de corrupção que envolvia a compra superfaturada de ambulâncias por meio de emendas parlamentares e que algumas OSCIPs foram utilizadas como fachada para facilitar a lavagem do dinheiro obtido através deste superfaturamento.

As OSCIPs são fundamentais para a prestação de serviços sociais essenciais, no entanto, apesar das regulamentações legais, o sistema de OSCIPs não está imune a fraudes e corrupção, com alguns casos notórios envolvendo o desvio de recursos públicos. O manejo das OSCIPs requer uma abordagem cuidadosa e vigilância contínua para prevenir abusos.

Demonstrado, de forma superficial, o panorama de corrupção pela destinação de verbas e emendas públicas a OSCIPs, e evidenciada a gravidade em potencial da existência/posse de uma empresa de fachada registrada com OSCIP, passa-se a expor os fatos até então apurados no presente procedimento.

4. Dos achados na presente investigação

Dos elementos até o momento coletados na presente investigação, incluem-se as Informações de Polícia Judiciária (IPJ) nº 289/2023, 116-A/2024, 132/2024, 096/2024, 086/2024, 203/2024, 119/2024, 121/2024, 193/2024 e 286/2024, serão elencadas nesta peça processual apenas aquelas Informações de Polícia Judiciária que efetivamente contribuíram com elementos úteis à elucidação dos fatos investigados e cuja produção se deu conforme a síntese a seguir.

Iniciando pela IPJ nº 289/2023, cuja referência analisou o aparelho celular apreendido com João Paulo de Sousa Cavalcante por ocasião de sua detenção, conforme ordem exarada nos autos da PET 11.562, sendo certo que, diante dos achados relacionados ao Deputado Gayer, o e. Ministro Relator da PET 11.562 autorizou a abertura de investigação em seu desfavor, além de determinar o afastamento do sigilo telemático. Com efeito, essas medidas foram operacionalizadas nos autos da PET 12.042, por meio dos quais os dados foram recebidos e tratados, preservando sua cadeia de custódia conforme a IPJ 184/2024, e diante das análises realizadas, foram produzidas as IPJ's nº 116-A/2024, 132/2024, 096/2024, 086/2024, 203/2024, 119/2024 e 121/2024, referentes aos afastamentos dos sigilos telemáticos de Gustavo Gayer Machado de Araújo, Gabriel Sander de Araujo Gayer, Leticia Bruno de Araujo, Bruno Amaral Machado, Joselene Maria Sergia Bastos e Vanderly Araújo de Carvalho.

As análises, conforme as IPJ's nº 119/2024, 121/2024 e 193/2024, trouxeram à baila indícios que robusteceram a hipótese criminal previamente aventada neste apuratório, notadamente a IPJ nº 286/2023, no sentido de que Gustavo Gayer, por intermédio de seus assessores, adquiriu uma associação inativada em nome de terceiros e pretende qualificá-la como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP) para o recebimento de verbas públicas por meio de emendas parlamentares.

Outrossim, dada as inconsistências encontradas, foram realizadas outras três análises de polícia judiciária. As duas primeiras (191/2024 e 208/2024) tiveram por finalidade compatibilizar, junto aos Cartórios de Registro, a natureza dos fatos e a gravidade concreta da existência e do uso de empresas-fantasma ou “laranjas” como OSCIPs para possíveis práticas ilícitas. No ponto, não há dúvidas sobre o designo dos associados na empreitada criminosa, haja vista que, se os interesses são legítimos e a prática é lícita, não há razão para a interposição de terceiros para mascarar o real controle da entidade. Por fim, a última análise (IPJ nº 216/2024), que teve por finalidade descortinar vínculos, diante das evidências de que os investigados agiram, em ao menos duas ocasiões distintas, falsificando documentos particulares como registros associativos e atas de reunião com o intuito de conferir aparência de legitimidade à associação, inativada desde então.

4.1 João Paulo de Sousa Cavalcante – IPJ’s nº 289/2023 e 184/2024

A IPJ nº 289/2023 referente a análise do aparelho celular apreendido com João Paulo de Sousa Cavalcante, conforme ordem exarada nos autos da PET 11.562, identificou indícios de materialidade conforme as hipóteses criminais elencadas nesta peça. Identificou-se que João Paulo De Sousa Cavalcante, além de político e empresário, é também o responsável pela microempresa Goiás Online Comunicações e Marketing Publicitário Ltda, com CNPJ 49.947.878/0001-28 e nome fantasia Goiás Online, registrada em seu endereço, situado na Rua Luiz de Matos, nº 845, Setor Sudoeste, Goiânia/GO.

Ainda, identificou-se que João Paulo, Amanda Caixeta, Leticia De Araujo, Joelson Pereira, Quatter e Bruno Amaral Machado participavam do grupo de mensagens na plataforma *whatsapp* de nome “DESFAZUELI”, criado por Gustavo Gayer em 08/06/2022. A análise das mensagens trocadas pelos integrantes do grupo permitiu identificar que o chat tinha como finalidade a troca de informações para a criação e gestão de uma pessoa jurídica privada e loja de acessórios e vestuários de cunho político. Outrossim, foi identificado que as diretrizes do grupo eram dadas por Gustavo Gayer, o qual decidia quanto às vendas de vestuários e divulgação, bem como a decisão de que a empresa e conta bancária para movimentação de valores seria registrada em nome de seu filho, Gabriel Sander Araújo.

Por outro lado, quanto aos personagens Amanda Caixeta, Letícia de Araújo, Joelson Pereira e Bruno Amaral Machado, importa destacar que eram todos secretários parlamentares do congressista, sendo certo que o quarteto tratava da administração da empresa “Loja Desfazueli”, de responsabilidade de Gabriel Sander Araújo, filho de Gustavo Gayer, criada em 14/02/2023 com atividade principal o comércio varejista de artigos de vestuário e acessórios e que foi registrada no endereço residencial de João Paulo Cavalcante. Anote-se, por oportuno, que Gabriel Gayer não chegou a integrar o grupo de mensagens de nome “DESFAZUELI”.

Insta salientar que João Paulo De Sousa Cavalcante, tratando com Raphael Reis de Almeida, sócio de Gustavo Gayer na empresa Academia Gayer (CNPJ 47.075.871/0001-38), informa que será o responsável de fato pelas atividades da empresa “DESFAZUELI”, (vide fls. 76/76 IPJ 289/2023). Nesta linha intelectual, as evidências elencadas indicam a possibilidade de que Gustavo Gayer, real responsável pela microempresa, estivesse mobilizando seus secretários, remunerados com recursos públicos, para as funções de administração de sua empresa particular.

Quanto a Hipótese Criminal (*contratação fraudulenta da Goiás Online*), tem-se que, em que pese a titularidade formal pertença a João Paulo De Sousa Cavalcante,

revelou-se permeada por irregularidades. É que, João Paulo, apesar de formalmente convidado, não pôde ser inserido na função de secretário parlamentar de Gustavo Gayer devido a impedimentos legais - inelegibilidade em razão de omissão de prestação de contas (Prestação de Contas nº 0600273-65.2020.6.09.0002) referente a candidatura nas eleições municipais de 2020 conforme o processo Nº 0600128-51.2022.6.09.0127. Para contornar tal impedimento, João Paulo criou a empresa Goiás Online, que celebrou contrato com o gabinete do Deputado, representando uma forma velada de remuneração.



Prezado Senhor
JOÃO PAULO DE SOUSA CAVALCANTE

Eu, **GUSTAVO GAYER MACHADO DE ARAUJO**, Deputado Federal eleito a diplomação, venho por meio desta informar que tenho conhecimento de que o senhor encontra-se disponível para um novo trabalho.

Considerando que tenho uma vaga aberta para o cargo de secretário parlamentar, honro a intenção de convidá-lo para ocupar esta função em nosso gabinete.

Solicitamos as seguintes documentações para que possamos dar prosseguimento ao processo de contratação junto a Câmara dos Deputados.

- Certidão de qualificação eleitoral;
- Comprovante de escolaridade;
- Atestado médico;
- Certidão Casamento, se casado no civil ou no religioso;
- Comprovante de residência;
- Documento de Identidade com foto;
- Certificado Militar;


GUSTAVO GAYER

As atividades desempenhadas pela Goiás Online, sob a fachada de serviços de publicidade e marketing, na realidade consistiam em assessoria pessoal e parlamentar, o que foi evidenciado pelo gerenciamento da agenda do Deputado por João Paulo bem como a gestão de sua empresa particular "LOJA DESFAZUELI". Assim, fato é que tal circunstância contraria os termos das Notas Fiscais emitidas e indica que os serviços prestados não correspondiam ao declarado oficialmente. Veja-se:

 Prefeitura de Goiânia Secretaria Municipal de Finanças Nota Fiscal de Serviços Eletrônica - NFS-e ANS 1704913032		Número da Nota: 2 Data Emissão: 22/03/2023 Código Verificação: 6CGW-X8H1
PRESTADOR DOS SERVIÇOS		
CNPJ/CPF: 49.947.878/0001-28 Nome/Razão Social: GOIAS ONLINE COMUNICACOES E MARKETING PUBLICITARIO LTDA Endereço: R. LUZ DE MATOS N. 845 QD. LT. SET. SUDESTE Bairro: GOÂNIA - GO CEP: 74303210 Telefone: (62) 99633021	Inscrição Municipal: 6057349	
Tomador dos Serviços		
Nome/Razão Social: GUSTAVO GAYER MACHADO DE ARAUJO CPF/CNPJ: 834.054.561-34 Endereço: RUA T38 N. 147 QD-116 LT-11 Bairro: SETOR BUENO Município: GOIANIA - GO CEP: 74223045		
DISCRIMINAÇÃO DOS SERVIÇOS		
Contratação de serviços de publicidade das redes sociais, gerenciamento e monitoramento de publicações, criação e educação de conteúdo em vídeos, fotos, e distribuição em todas as plataformas e demais meios de divulgação. Referente ao mês de março de 2023. Twitter: https://twitter.com/GayerGus Instagram: https://www.instagram.com/GayerGus YouTube: https://www.youtube.com/GustavoGayer Facebook: https://www.facebook.com/gustavogayer		

Autenticado por Delegado de Polícia Federal: LEONARDO AMERICO ANGELO SANTOS. MATRÍCULA: 23589, em 23/09/2024, às 15:27.

Nesta linha intelectual, consta no portal da transparência da Câmara dos Deputados, a empresa Goiás Online Comunicações e Marketing LTDA recebeu um total de R\$ 24.000,00, em três parcelas. Apura-se, *in casu*, que estes valores foram pagos em desacordo com as funções contratadas. A referida prática, ilícita, foi combinada por João Paulo e o contato salvo como "Z2 Airton Sena" (62) 98520-2417, em 10/03/2023 conforme transcrição abaixo colacionada (IPJ nº289/2023). Veja-se:

(...) João Paulo: "Fala Airton meu irmão como é que você tá guerreiro tudo bem ou não? Cara desculpa horário de te mandar essa mensagem aí primeira coisa que eu quero ver com você é o seguinte é quanto que você vai cobrar aí por ter aberto a empresa do menino aí ne do filho do GUSTAVO pra gente acertar com você seus honorários aí seus serviços e tal e eu to te ligando mandando mensagem por duas coisas que eu preciso fazer com você mais dois serviços o primeiro é o seguinte eu preciso fazer é primeira coisa abrir cara uma outra empresa sabe aquela empresa que eu fechei? Pra reabrir não tem como não né já era né? Com outro nome e com um cnae diferente porque é o seguinte eu não consegui entrar no gabinete do Gustavo porque eu não consegui a minha certidão de quitação eleitoral é não sei se você sabe eu tive um problema na prestação de contas lá daquela vez lá aquele rolo que deu tá até hoje eu não revolvi ainda eu prestei contas né foi julgada como não prestada entrei com requerimento de omissão apresentei as contas foi deferido só que eu fiquei inelegível tipo assim tô inelegível tô pra resolver essa pendencia ainda juridicamente com advogado e a minha certidão de quitação eleitoral não saiu então não consigo assumir um cargo público diretamente com GUSTAVO entendeu pra ser nomeado lá... aí a forma que a gente encontrou de receber vai ser né tocando a empresa de marketing uma empresa de mídia lá dentro montar um portal de notícias igual o GOIAS ONLINE igual era aquela ideia nossa anteriormente lá não sei se você lembra aí ou eu preciso abrir uma empresa do zero ou tentar resgatar aquela empresa minha que a gente fechou aquela vez... é possível sim ou não? Caso sim... beleza né só precisamos alterar o nome que era loja desfazueli a gente vai ter que colocar... loja desfazueli não era loja bolsonaros né era... aí vamo ter que colocar tipo GOIAS ONLINE entendeu o cnpj eu não sei se dá pra manter enfim não sei quero que você me responda pra você me ajudar nessa questão e se acaso tiver que abrir uma outra do zero nós vamos ter que abrir uma do zero cara porque assim eu não recebi esse mês eu não recebi nada desde quando começou o mandato na verdade aí a forma

que a gente encontrou vai ser essa né eu entrar via cnpj tá esse é o primeiro ponto que eu preciso fazer cara é a minha declaração de imposto de renda desse ano né na verdade do ano passado né aquilo que a gente prestou conta fechou empresa pagou os trem tudo direitinho eu preciso fazer essa declaração de imposto de renda esse ano pra mim ter entendeu? Eu preciso fazer abertura de conta mano e se usa né declaração de imposto de renda pra poder prestar extrao ne de movimentação financeira pra análise de crédito... que que você me diz em relação a isso?" (...).

Foram verificados, ainda, conforme item 6.1.3, constante as fls. 88/96 da IPJ em apreço, a possibilidade das empresas Gayer e Gayer Idiomas Ltda (CNPJ nº 18.507.752/0001-09) e Academia Gayer Ltda (CNPJ 47.075.871/0001-38) funcionarem no local físico locado com verba pública destinada ao custeio do escritório político do Deputado Gustavo Gayer. Neste sentido, oportuna a transcrição de mensagem travada entre João Paulo De Sousa Cavalcante e Marco Aurelio Alves Nascimento, secretário parlamentar de Gustavo Gayer. Veja-se:

(...) E eu fico preocupado porque eu já falei pro GUSTAVO um dia eu chamei atenção sobre a questão da escola lá por exemplo a escola de inglês num é mais escola de inglês, mas fica tendo aula sabe... descobri lá um dia eu nem sabia aí a LETICIA falou lá que tá tendo aula na terça e na quinta presencial entendeu? Ou seja a escola tá sendo paga com recurso público e tá sendo usada pra um fim totalmente que tipo num existe né num tem como ser assim e aí eles vão levando ou seja ainda não entenderam a gravidade sabe... moço pra esse povo já ter alguém ali na porta fiscalizando... filmando... vai ser igual o caso aquela mulher do popular né na assembleia... senhora, senhora, senhora num tem jeito vei o povo vai pra cima mesmo... o GUSTAVO hoje ele é uma vidraça ele é um alvo e se for pra cima moço infelizmente a gente tá tipo errando né nesse sentido a gente tá pregando uma coisa e tá vivendo outra... infelizmente a gente tem muitas coisas erradas acontecendo aí." (...)

Ainda, evidenciou-se graves indícios que corroboram a hipótese criminal (*aquisição de uma associação, desativada e registrada em nome de terceiros, com a intenção de qualificá-la como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP) para o recebimento de verbas públicas por emendas parlamentares*). Identificou-se que Gustavo Gayer, por meio de João Paulo de Sousa Cavalcante e de Joselene Maria Sêrgia Bastos, assistente social, adquiriu de Vanderly Araujo de Carvalho a pessoa jurídica denominada "Associação Comercial das Micros e Pequenas Empresas de Cidade Ocidental" (CNPJ 03.578.486/0001-38), com nome fantasia ASCOMPECO, pelo valor de R\$ 6.000,00, pagos diretamente por Gustavo Gayer.

Os associados de Gustavo Gayer tentaram, por ao menos duas vezes, sob seu mando, alterar o nome da associação para IDISE – Instituto de Desenvolvimento & Investimento Socioeducacional, mediante atas de assembleia geral ordinária ideologicamente falsas, com o objetivo de realizar alteração contratual. Foi possível observar ainda que, nas tentativas de alterações do estatuto social, houve a

intenção de acrescentar o objetivo expresso de captação de recursos públicos por meio de emendas parlamentares, editais e chamamentos públicos.

13

Até o momento, a presente investigação não conseguiu determinar se os investigados obtiveram êxito em efetivar o registro da falsa alteração contratual, nem mesmo se conseguiram de fato receber verbas públicas, razão pela qual, ante tal incerteza, serão solicitadas medidas cautelares mais adiante.

Importante registrar que, nas conversas travadas entre João Paulo de Sousa Cavalcante e Joselene Maria Sérgia Bastos foi possível identificar a negociação da associação de nome fantasia ASCOMPECO. João Paulo menciona a necessidade de organizar a associação devido a demandas de emendas parlamentares e pressão de alguns pastores. Ele propõe alinhar um projeto com Joselene, incluindo a possibilidade de utilizar uma associação já existente para facilitar o processo. Veja-se:

IPJ 289, fls. 100/1019:

João Paulo: "A segunda pergunta, eu quero ver com você o seguinte, nós precisamos organizar aquela questão da associação lá. Já está havendo algumas associações aqui, pedir emenda aqui pro Gustavo, já estou segurando, entendeu? Não conheço, não sei do trabalho ainda. Inclusive um aqui, até eu te falo nome que... Vou pegar aqui, acho que é visão, alguma coisa, Cadê, Cadê, Cadê, Cadê, associação, associação Ceara... tem essa aqui de Goiânia, inclusive essa associação que recebeu emenda federal pelo que eu constei aqui. Acho que é pra ajuda com crianças, se me engano. E tem uma outra aqui, que é, deixa eu ver se eu acho o nome dela... Há umas duas, três já falaram comigo aqui já, tá? O que eu quero perguntar pro Cê, vamos sentar pra nós alinhar, pra gente dar andamento, né? Aquelo projeto nosso eu preciso, né? Dar andamento aí, isso é um compromisso que eu já fiz com alguns pastores aqui, inclusive eu já estou aqui, já, como se passou me cobrando pra gente sentar pra reunir. E eu quero sentar com você pra gente despachar isso, entendeu? Eu estou com outras ideias também aí, pra gente fazer. Ou a gente tentar conseguir uma associação que já esteja pronta pra gente tentar reformular a associação e dar andamento nas pautas, entendeu? Talvez seja mais fácil que que der uma do zero. Mas aí teria que ver como que a gente consegue uma associação já pronta, se tem viabilidade ou não, entendeu? Eu preciso sentar com você. Se você poder vir aqui amanhã à tarde no escritório, a gente conversa, Gustavo vai estar aqui também. Então a gente de repente a gente pode tentar dar andamento isso aí, o mais ato possível.

Uma observação se faz pertinente. A partir das próprias palavras de João Paulo, verifica-se que o fator determinante para o direcionamento das verbas parlamentares ao terceiro setor não era a relevância socioeconômica, mas o escopo

era criar um ambiente voltado para administração total dos recursos (entrada e saída), sem amparo legal, e especialmente para pagamento de pessoal, a exemplo de João Paulo e Joselene. Este, pois, o cenário fático que escancara os efeitos nocivos da trestinação dos recursos públicos que se descortinou neste Inquérito Policial. Veja-se que, - voltando às palavras de João Paulo -, que o próprio tinha plena consciência de que a Organização Social SEARA recebia recursos federais e tinha por finalidade *ajudar crianças*. - Sim, João Paulo estava certo, haja vista que, de fato, a SEARA desenvolve o "Projeto Amar", o qual, assim como fora com outras organizações sociais, foi tolhido de receber incentivos públicos. Veja-se:

Projeto Amar



O Projeto Amar foi criado em 1988 por um grupo de jovens comprometidos em fazer o bem e procurar ajudar a outros jovens e suas famílias a melhorar sua situação de pobreza e de riscos.

A partir daí em 2013, a Associação Seara se juntou a esse grupo e assumiu a gestão administrativa do Projeto Amar, com a força institucional na estratégia de ações para dar legalidade e ampliar o atendimento nas regiões de Goiânia onde atua.

Prosseguindo, Joselene responde positivamente ao envolvimento de João Paulo e Gustavo Gayer, expressando entusiasmo pela criação da associação.

IPJ 289/2023 Fls. 101/10210:

Joselene: Oi João, nossa que bom hein, o pessoal já tá entrando em contato com vocês e isso é bom. Bom, em relação ao Fred, não, depois daquele dia não tive nem contato, nem comunicação, tipo assim, cessou, né, não tive retorno de nada, não me puseram no WhatsApp pra conversar. Eu deixei passar pra lá, as demandas que eu levei pra ele nenhuma me retornaram. Eu achei que ele já não tinha mais interesse, né, em tá aí. Aí eu deixei quieto. Agora, em relação isso aí, nossa, é muito bom voltar assim, menino, eu tô também preocupada, porque o que acontece é nós temos que fazer um trabalho bem assim, igual aquele que o senador fez, um trabalho efetivo mesmo, né, porque tem instituições que já recebem muita ajuda. E aí o nosso papel é esse, é fazer um trabalho mais justo, né, é procurar tanto ajudar a organizar documentalmente, quem não conseguiu nada, tanto também é não priorizar quem já tem, já ta apto de receber. Eu sei que pra alguns, quem já recebe, significa que ela tá apta, que ela já pode receber, é um bom portfólio, é um bom currículo, mas assim, a minha visão, a minha visão de social mesmo, eu já olho pro lado contrário. Eu acho que tem que priorizar quem nunca conseguiu, porque deve ter algum entrava aí pra ela nunca ter conseguido, né. Por exemplo, eu tenho instituição no

Rio Quente, que ela demorou dois anos pra tirar uma utilidade pública estadual. Agora que ela conseguiu, porque o deputado abandonou, e tem que procurar outro deputado, então assim, tem coisas que não é documento da instituição, é realmente terceiros. Então a gente pode, sim, a gente pode conversar, nossa, vai ser um prazer estar com você, com o Gustavo, vou amanhã, vou na hora, vou demais, pode marcar a hora aí, que eu vou mesmo. E eu acho que a gente, colocando cada uma sua visão, traçando um foco prioridades, fazendo ali um cronograma, mesmo de ações, né, nossa, priorizando algumas áreas, né, vamos dizer assim, e também alguns projetos. Então, mapeando essas instituições, que já te procurou, a gente faz um diagnóstico, procura saber direito em quem são, né, e dá andamento, né, porque agora o trem vai pegar mesmo, porque emenda parlamentar, né, pro ano que vem.

Joselene sugere a utilização de um CNPJ inativo de uma amiga, o que facilitaria a criação da associação. Ela ressalta a necessidade de ajustar o estatuto para adequar à missão da nova entidade.

IPJ 289/2023 Fls. 10211:

Joselene: Em relação à instituição, eu estou com uma amiga minha de Valparaíso, que ela já tem duas instituições, ela tem um aqui a acolhe idoso e tem uma que ela trabalha com a comunidade e ela está com outro CNPJ parado. A hora que você falou, me veio na cabeça, inclusive ela até combinou hoje me ligar duas horas da tarde, ela é assistente social também do entorno de Brasília. E eu vou falar com ela se ela não quer ceder, ela não quer entrar em parceria com a gente com essa outra instituição, porque ela já tem um CNPJ, ela já tem um estoque, ela já tem tudo, a única coisa que a gente tem que fazer era adequar o estatuto a nossa missão, né, adequar o estatuto e os Cnaes a nossa missão. Como já tem um CNPJ já vigorando, é bom pra nós, menos trabalho e teria só mesmo que pagar as custas de atualização cartorial do estatuto, né, mas isso aí, eu creio que não vai ser problema. Então, vai ser bom que eu vou conversar com ela sobre essa instituição que está parada, no CNPJ lá parado, e aí a gente fecha amanhã. Você quer que eu levo alguma coisa assim pra mostrar pro Gustavo?

IPJ 289/2023 (fls. 103/104):

João Paulo: Oi Joselene, tudo bem? Boa noite. O que acontece? Vamos lá. Ótimo, estas suas ideias aí, vai na linha do que a gente está dizendo, se a gente conseguir já um CNPJ só para reformular o estatuto, né, fica mais fácil, né, realmente. (...) Cria um plano de apresentação para o Gustavo, do terceiro setor, a

importância do terceiro setor em Goiânia e no Estado de Goiás, e de que forma podemos ajudar, o que eles mais precisam, traz um levantamento de quantas instituições a gente tem em Goiânia e no Estado de Goiás, as instituições mais importantes que a gente pode tratar, e de repente a gente pode até dar andamento naquela ideia da associação, que eu não sei se vale a pena, para a gente precisa conversar um pouco antes pessoalmente, para depois a gente falar com o Gustavo em relação àquela ideia da gente montar uma instituição que iria gerenciar as demais instituições, lembra? Que você já sugeriu uma ideia nesse sentido? Enfim, eu marquei com o Gustavo aqui as 14h30 com o Gustavo, então você pode chegar às 14h, aí você despacha comigo e às 14h30 a gente despacha com o Gustavo, pode ser?.

Evoluindo nas tratativas, Joselene afirma ser favorável a criação da associação, pois ela seria independente, autônoma, ou seja, estaria desvinculada do Deputado Federal Gustavo Gayer e com isso, poderia receber recursos públicos:

IPJ 289/2023 (fls. 104/105):

Joselene: João, então, assim, a gente pode fazer dois planos. A gente pode fazer um emergencial que é já, atender essas demandas que vocês estão recebendo para não deixar passar, e podemos dar andamento na associação. Por quê? A associação para mim é primordial, porque ela vai ser independente e ela vai ser autônoma. Ela vai poder receber recursos de vocês e a gente fazer um trabalho. Então, a gente não tem que procurar se desligar o máximo do Gustavo na questão de gabinete, fazer uma coisa, vamos dizer assim, independente, pra que a gente tenha a legalidade de receber recursos para manter as instituições, entendeu? Aí o que a gente pode fazer é parcerias, né? A gente faz parcerias para buscar ali um apoio de advogados, né? De pedagoga, contador. Aí, se a gente já precisar para associação. Mas essa ideia do CNPJ da minha colega é para associação mesmo, é para criar essa associação para que ela seja autônoma, independente, tenha recurso próprio, cuide das instituições. E essas demandas que chegam na associação da instituição, a maioria das demandas é o que? Emenda parlamentar, utilidade pública, entendeu? Então, tudo vai ser reportado aos gabinetes via associação. Então, a associação que vai estar encaminhando essas famílias e as demandas delas para os gabinetes, tanto estadual como federal. Hoje em dia, com o marco regulatório, não existe mais utilidade pública federal, nós temos que buscar os CEBAS. O que o deputado federal pode fazer? Várias coisas, principalmente a emenda parlamentar, que é o que vai ligar o deputado... Aqui, para você ter noção, tem deputado aqui que tem mais de vinte instituições ligadas a ele, porque ele é fiel as

instituições. Eles dão, ele dá demanda, faz ali curso, faz, né? É uma das coisas que eu, se você puder saber para amanhã, que é muito importante, que eu vou levar também aqui, o que que a gente pode estar ajudando além só disso, né? Mas uma das coisas importantes que eu falei para o Fred, é identificar quem que ficou na frente parlamentar da Assembleia. Por quê? Porque o deputado que estava, ele saiu pro Geórgia entrar, que é o antigo prefeito de Trindade, o Geórgia virou deputado. E esse rapaz saiu. Então, ele era o autor e ele que fez a frente parlamentar, alguém ficou na frente parlamentar com algum deputado. Porque nós temos essa frente parlamentar, que a gente faz reuniões no Estado, todo dia com as entidades. É muito bom trabalho. E eu falei para os meninos, ver se ficou alguém, se não ficou, pegar essa frente, porque é um trabalho muito bom. Então, assim, eu vou falar em termo de estado e não de governo, o que que a gente pode estar ajudando nas instituições, tá bom? 14 horas eu estou aí. Um abraço.

João Paulo informa que Gustavo Gayer demonstrou interesse e apoio total ao projeto, autorizando o prosseguimento das atividades:

IPJ 289/2023 (fls. 107):

João Paulo: "ô Joselene, tudo bem? Como é que tá? Boa tarde, boa tarde, boa noite. To doido. Amiga, a impressão que ficou e que o Gustavo teve foi excelente, inclusive ele citou a nossa reunião que a gente teve anteriormente na reunião de hoje, né? O quão importante foi essa reunião, né? O Gustavo demonstrou total interesse em ajudar, ele é aquele cara assim, quer fazer, né? Pra entregar o negócio pra ele já andando, então assim, como ele já autorizou, né, vamos botar pra andar agora esse negócio, entendeu? Em relação ao PL, você pode ficar tranquila, tá? É bem provável que segunda-feira o Gustavo vai despachar com a senadora aí sobre esse negócio do diretório do PL. E você tá na minha lista aqui, pra gente tentar, se tiver alguma indicação lá, a gente poder ajudar de alguma forma, o seu nome tá aqui, tá bom?"

No ponto, percebe-se, portanto, o planejamento estratégico para a (re)criação de uma associação privada, que seria controlada pelo Deputado Federal Gustavo Gayer, mas formalmente registrada em nome de terceiros. Essa estrutura visaria facilitar o recebimento de emendas parlamentares, garantindo, assim, o fluxo de recursos públicos. Apesar da preocupação expressa com a legalidade e independência formal da associação, que indicam a tentativa de mascarar seu controle pelo deputado e garantir a operacionalidade de recebimento de recursos, enquanto ostensivamente tentavam desvincular a associação do gabinete para fins de *compliance* e elegibilidade no recebimento das verbas públicas, foi possível identificar o envolvimento direto de Gustavo Gayer com a associação.

Os pagamentos para a aquisição da associação, consistindo em dois depósitos de R\$ 3.000,00 cada, foram identificados como realizados diretamente pela conta do deputado. Além disso, o deputado recebeu cópia do requerimento de alteração (**ideologicamente falso**) e dos nomes para a indicação da composição do novo estatuto, o que indica o envolvimento e controle direto do deputado sobre a associação. Por fim, destaca-se o áudio onde Joselene comunica a João Paulo sobre os passos para operacionalizar a OSCIP, cujo objetivo é o recebimento de emendas parlamentares para fins clandestinos e desvio de recursos. Veja-se o comprovante da transferência bancária:

Interempresas

Pix enviado
R\$ 3.000,00

Sobre a transação

Data da transação: 28/04/2023
 Horário: 19h55
 ID da transação: E00418968202304282155:33N09JZAM

Quem pagou

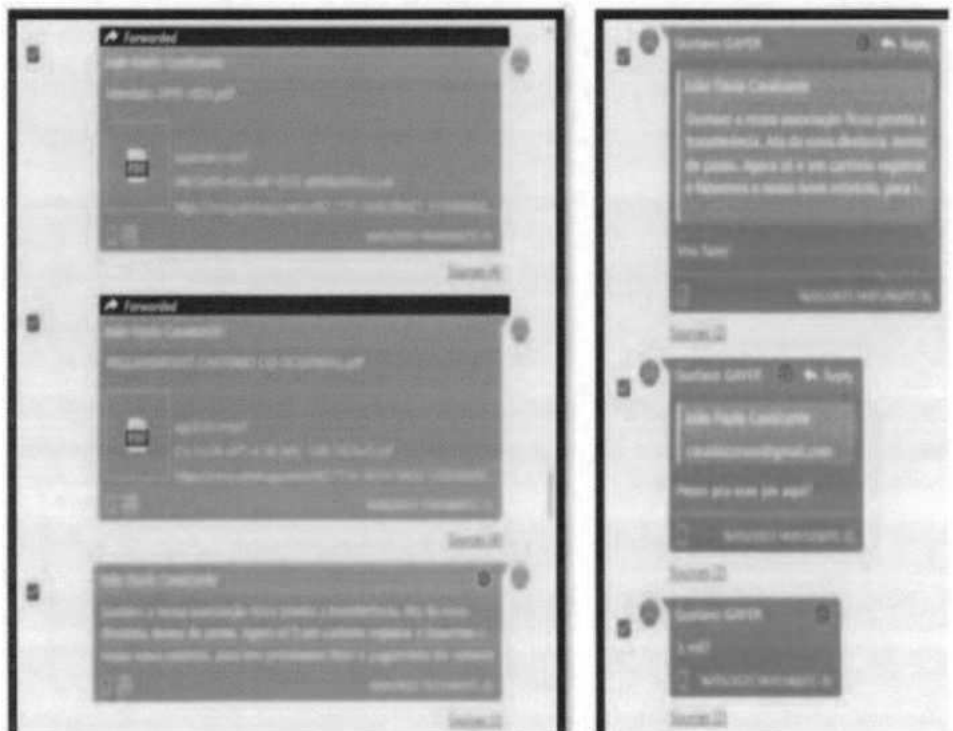
Nome: GAYER COMUNICACAO LTDA
 CPF/CNPJ: 41.272.706/0001-98
 Conta: 117276744
 Agência: 9000
 Instituição: BANCO INTER S.A.

Quem recebeu

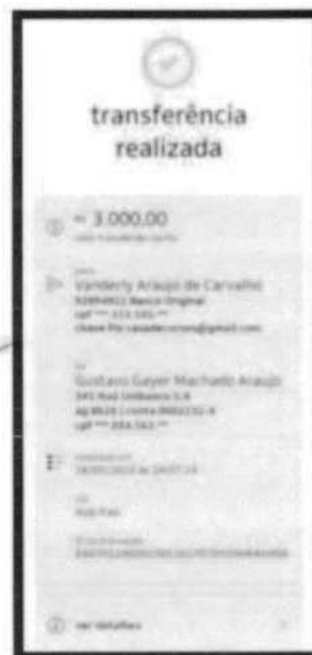
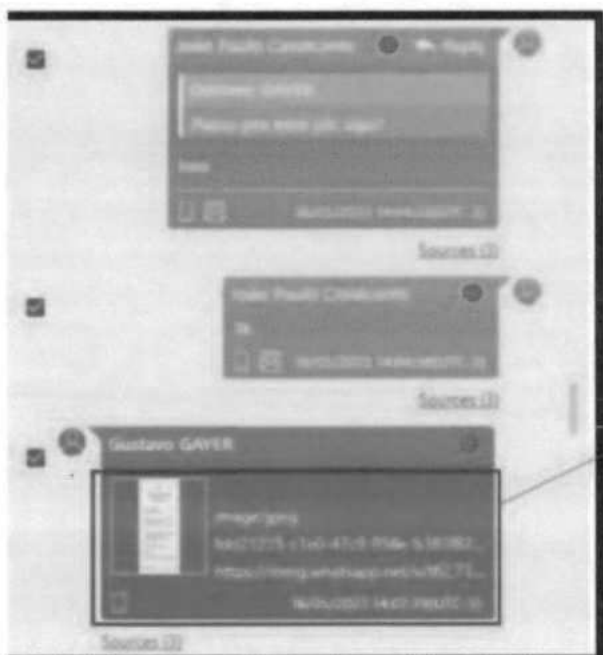
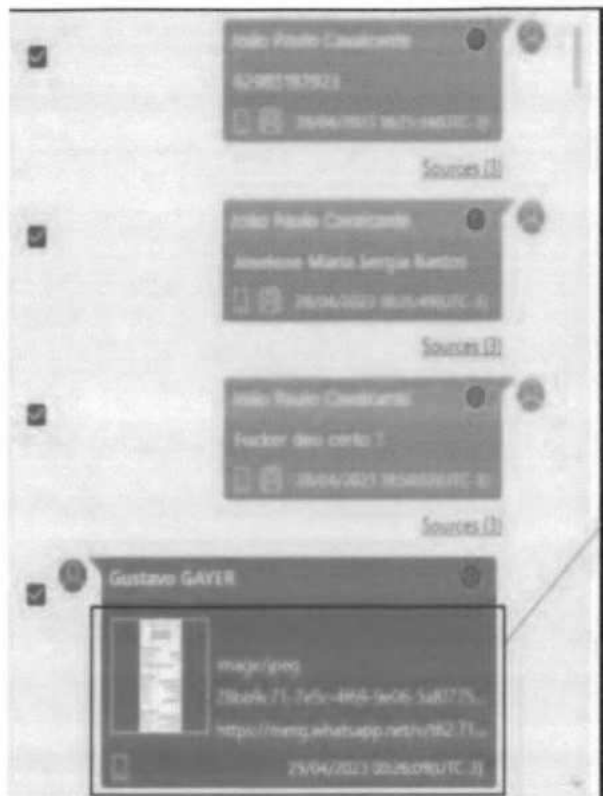
Nome: Joselene Maria Sergio Santos
 CPF/CNPJ: ***152.091-**
 Instituição: CAIXA ECONOMICA FEDERAL

transferência realizada

R\$ 3.000,00
 Valor transferido via Pix
 Para: Vanderly Araujo de Carvalho
 52854922 Banco Original
 cpf *** 153 341-**
 chave Pix: casadeursos@gmail.com
 Para: Gustavo Gayer Machado Araujo
 341 Raio Unibanco S.A.
 Ag 8926 | conta 0002232-4
 cpf *** 054 561-**
 Realizada em: 28/04/2023 às 19:07:24
 Via: App Pix
 Cód. transação: E007011902023052817070Y59H8EXHOA



Autenticado por Delegado de Polícia Federal, LEONARDO AMERICO ANGELO SANTOS, MATRÍCULA: 23599, em 23/09/2024, às 15:27.



Outrossim, Josilene revela que já está trabalhando para o IDISE, cadastrando instituições necessitadas, e explica a estratégia de investir recursos com a expectativa de recuperá-los posteriormente através das emendas, caracterizando o plano como provisório até que os fundos sejam recebidos, além de expressar seu entusiasmo pelo projeto, mas também sua necessidade de retorno financeiro para sustentar sua família, reforçando que os recursos investidos inicialmente seriam recuperados das emendas, evidenciando a intenção de desviar os recursos públicos recebidos.

IPJ 184/2024 (fls. 18/22):

“João, Boa noite meu amigo. Então, agora é esperar uns 4, 5 dias no máximo sair, o nome do IDISE, né? E aí começa a trabalhar, principalmente, cuidar do estatuto e da assembleia. Bom, mas o que eu queria te falar aqui no áudio, é... essa instituição nossa vai bombar. Eu estou com tanta instituição, precisando de apoio, que estão me procurando, sabe? Eu estou com uma aqui agora, ela é serviço de convivência, é pessoal católico, gente boa até. O que que acontece? Agora, nós estamos precisamos de um vereador. Cê teria um vereador, eu lembro que o Fred falou que tinha um vereador amigo seus, nós vamos precisar de tirar a utilidade pública municipal. Aí, teria que fazer o que a gente fez, né? Articular com o assessor dele, pra gente já tá enviando os nomes, tá? Porque tem algumas emendas municipais que precisam da utilidade pública municipal e eles não estão conseguindo. E aí, eu queria ver com vocês, se vocês já dessem uma olhadinha ou, não sei, né? O Stefânio, não sei, que vai trabalhar a frente disso pra gente tá organizando já o nosso campo de atuação, né? Então, utilidade pública tá sendo o primeiro serviço que nós estamos já trabalhando. Eu já tô trabalhando pra IDISE, mesmo sem vocês me dar retorno. E aí, eu já estou cadastrando a lista, né? Na verdade, que eu não criei o cadastro ainda, mas uma lista. Mas aí, eu preciso de esse vereador agora pra me dar um retorno, pessoal. Tá bom? E o que que você conversou com Gustavo, menino? Queria coragem, fala aí, nós temos que levar a instituição pra frente, João, eu tô animada, não sei você. Estou muito feliz porque as instituições, Deus tá mandando pra mim, tá vindo tudo pra cima de mim aqui e eu tenho que ter ferramenta, ofertas pra eles, entendeu? Dá um feedback, né? E aí, se você já puder olhar isso pra mim, pra gente já começar semana que vem, tá bom? E outra coisa, João, eu queria até te falar, eu até orientei isso pra uma instituição hoje de Jardim do Engar, que é do Luziânia. As coisas que a gente tá investindo, o dinheiro, recurso, a gente pode tudo tirar depois nas emendas, né? Em forma de serviço prestado. Então assim, ceis vão tá investindo em mim, até receber uma emenda e a emenda depois começa a me pagar, entendeu?! Então é uma coisa bem provisória. É uma instituição do Engar vai fazer isso com a minha orientação. Então, o que que acontece? É não pensar, né? Porque então, a gente não faz nada, mas eu preciso de uma posição de vocês porque eu tô muito envolvida, né? Mesmo que vocês às vezes não reconheçam, não sei lá, mas eu já tô muito envolvida, é um sonho meio que tá sendo realizada através de vocês e aí eu tô muito grata a Deus por isso, mas eu também sou filha de Deus, eu preciso trabalhar, né? Tenho filho pequeno, então eu

preciso muito retorno seus pra mim avançar, porque eu tô doida pra pôr a mão na massa, tem muita coisa que eu sei que tenho que fazer, não tô fazendo. E aí, chegando esse documento, a gente não vai ter por onde pensar, né? Já tem que tá tudo resolvido, tá bom? E aí, em relação ao vereador, se você puder me ajudar aí. Obrigada.”

4.2 Gabriel Sander de Araujo Gayer – IPJ n° 096/2024

Emerge da Informação de Polícia Judiciária n° 096/2024, oriunda da análise dos dados obtidos por meio do afastamento do sigilo de dados telemáticos de Gabriel Sander de Araujo Gayer, autorizado nos autos da PET 12.042, a seguinte conclusão: *“Diante do exposto, a avaliação do item mencionado revelou indícios e elementos pertinentes para a investigação. Há evidências de que GUSTAVO GAYER utilizou secretários parlamentares, remunerados com dinheiro público, para atender demandas da empresa Loja Desfazueli, de propriedade de GABRIEL SANDER. É importante salientar que os dados obtidos por meio da nuvem do investigado não abrangiam registros de conversas por meio de aplicativos de mensagens instantâneas. Esse fato pode comprometer a eficácia da análise”*.

4.3 Bruno Amaral Machado - IPJ n° 203/2024

A partir da Informação de Polícia Judiciária n° 203/2024, oriunda da análise dos dados obtidos por meio do afastamento do sigilo de dados telemáticos de Bruno Amaral Machado, autorizado nos autos da PET 12.042, conclui-se: *“Em face do exposto, a análise do item acima foi positiva quanto à presença de indícios e de elementos relevantes para investigação. Este subscritor pôde, a partir da análise do conteúdo telemático disponibilizado pela empresa APPLE INC. e GOOGLE LLC., chegar às conclusões inframencionadas”*. Veja-se:

- Tornou-se evidente a linha investigativa de que a empresa DESFAZUELI era administrada pelo Deputado Federal GUSTAVO GAYER e seus secretários parlamentares, consoante disposto na Informação de Polícia Judiciária n° 289/2023. BRUNO AMARAL MACHADO, secretário parlamentar do referido Deputado, desempenhava responsabilidades significativas relacionadas à pessoa jurídica DESFAZUELI. Ao compreender a extensão dessas incumbências, resta claro o envolvimento estratégico de BRUNO nos assuntos que envolvem essa empresa e sua antecedente, a BOLSONARIUS. Tal descoberta lança luz sobre possíveis relações entre o setor público e entidades privadas.
- No tópico 5.1.1.1, consta conversa protagonizada por RAPHAEL REIS DE ALMEIDA, cuja alcunha seria “Raphael Quatter”, e BRUNO, da qual se depreende que GUSTAVO GAYER negociara com JOÃO PAULO sua permanência na administração da loja DESFAZUELI, devido à impossibilidade de assumir como assessor parlamentar em decorrência dos eventos ocorridos em 8 de janeiro de 2023.
- Em paralelo, BRUNO procura alguém de confiança para efetuar o registro da empresa, salientando que não pode ser alguém da “equipe”, como também sugere que, se RAPHAEL aceitasse cadastrar essa loja, ele comunicaria a GUSTAVO GAYER, e eles (GUSTAVO e RAPHAEL) se acertariam. Por sua vez, RAPHAEL adverte sobre a necessidade de cautela na abertura do MEI, porque

“o Gustavo tem um cargo público” e “os olhares vão ficar muito mais fortes em cima de qualquer coisa que ele estiver envolvido”. Por conseguinte, aparentemente, o diálogo indica que GUSTAVO GAYER é o real proprietário da empresa DESFAZUELI, não obstante haja a procura de uma pessoa interveniente, isto é, testa de ferro, para que representasse a loja formalmente. Ademais, vê-se que paira certo receio do próprio RAPHAEL, pois GUSTAVO GAYER ocupa um cargo público.

- Já o tópico 5.1.1.2. versa sobre as conversas do grupo “DESFAZUELI”. A despeito das conversas deste grupo terem sido citadas na Informação de Polícia Judiciária n.º289/2023, reputou-se importante mencionar que, desde junho de 2022, quando GUSTAVO GAYER criou o grupo de mensagens na plataforma Whatsapp, com o Título “Desfazueli”, adicionando como integrantes “João Paulo Cavalcante” (556298593091@s.whatsapp.net), “Amanda Caixeta (gustavo Gayer)” (556293660748@s.whatsapp.net), “Leticia Araújo 556281693763@s.whatsapp.net”, “Joelson Gyn” (556391018741@s.whatsapp.net), “Raphael Quatter” (556293778845@s.whatsapp.net) e Bruno Amaral Machado, havia atividades comerciais voltadas para vendas de artigos de vestuário e de outros acessórios, lideradas por GUSTAVO. Foi revelado que a loja DESFAZUELI foi essencialmente uma continuação das operações realizadas anteriormente sob o nome de “BOLSONARIUS”, apresentando apenas uma alteração no registro comercial com uma nova denominação no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas. Verificou-se que o site <<https://www.bolsonarius.com.br>> era um dos canais empregados pelo grupo para comercializar os produtos da loja. Tal domínio pertencia à pessoa jurídica GAYER COMUNICAÇÃO LTDA (CNPJ 41272706000190), cujo responsável é GUSTAVO GAYER, além disso, foi criado em 07/06/2022 e expirou em 07/06/2023.
- O conteúdo compartilhado pelo grupo em meados de julho de 2022 é predominantemente focado na estruturação e na promoção dos produtos da BOLSONARIUS, em que GUSTAVO GAYER assume uma postura de comando frente a esse empreendimento. Ele direciona e orienta a equipe, além de monitorar o desempenho das vendas, demonstrando um compromisso com o sucesso do negócio. Viu-se que a loja física da BOLSONARIUS estaria sediada no endereço Rua T-38, 147, St. Bueno, Goiânia/GO, o que ratifica a concentração das atividades ligadas a GUSTAVO GAYER nele.
- Além de assumir uma postura proativa sobre a administração da loja, o próprio parlamentar convoca o grupo para “reativar a Bolsonarius” em 16/01/2023, depois de uma pausa de quase três meses nas conversas deste chat. Decide-se, pois, que será necessária a abertura de uma nova pessoa jurídica, com nome fantasia “DESFAZUELI”. Destarte, há uma possível tentativa de mascarar a continuidade das atividades comerciais sob uma nova identidade.

- Outrossim, torna-se incontestável a intenção da equipe de incorporar uma pessoa interposta, sem vínculo com o Gabinete do Deputado GUSTAVO GAYER, para constituição da empresa: BRUNO enfatizou esse alerta, de forma explícita e taxativa, ao dizer que a pessoa responsável pela loja deveria estar desvinculada do Gabinete. Subsequentemente, conforme IPJ 289/2023, a solução encontrada por GUSTAVO seria o uso da conta bancária e criação de um novo CNPJ em nome de seu filho GABRIEL SANDER DE ARAUJO GAYER (CPF 70341252107), uma ação concretizada em momento posterior. Conforme Portal de Transparência da Câmara dos Deputados⁶, AMANDA CAIXETA, BRUNO AMARAL, LETÍCIA ARAÚJO e JOELSON PEREIRA tornaram-se secretários parlamentares de GUSTAVO GAYER, entrando em exercício em 03/02/2023. No item 5.1.1.3, registrou-se que a loja física da BOLSONARIUS estava sediada na escola de inglês do Deputado – GUSTAVO GAYER LANGUAGE INSTITUTE.
- No segmento 5.1.1.4, é apresentado o diálogo estabelecido entre GUSTAVO GAYER e BRUNO. Constatou-se que GUSTAVO estabelece o capital social da loja no valor de R\$2.000,00, quando BRUNO o questiona sobre esse aspecto; assim como o próprio parlamentar efetua o pagamento das camisetas encomendadas por BRUNO para comercialização. Transpareceu-se uma atuação direta e envolvimento mais profundo de BRUNO na suposta empresa do Deputado Federal, mesmo enquanto estava assessorando-o.
- Outro ponto que chamou atenção, no que tange à BOLSONARIUS, foi: no dia 15/10/2022, às 22:26, GUSTAVO GAYER pergunta a BRUNO qual a situação do caixa da loja; BRUNO responde que estava vendendo, pagara “as meninas e os meninos” e sobrara R\$3.800,00 “no cnpj do JP”, referindo provavelmente ao investigado JOÃO PAULO DE SOUSA CAVALCANTE (CPF 05117144163), e R\$750,00 no seu CNPJ.
- Esses elementos evidenciam que a gestão dos lucros provenientes das vendas dos produtos da BOLSONARIUS, ou seja, a parte financeira da empresa, aparentemente estaria distribuída entre pessoas jurídicas associadas a BRUNO e a JOÃO PAULO. Nos sistemas disponíveis à Polícia Federal, foi localizada a razão social BRUNO AMARAL MACHADO (CNPJ 48283712000191) em que BRUNO consta como empresário individual e possui o CNAE de comércio varejista de artigos do vestuário e acessórios, a qual foi baixada em 23/11/2022; como também há a razão social JOAO PAULO DE SOUSA CAVALCANTE (CNPJ 41628789000107), em que JOÃO PAULO consta como empresário individual de pessoa jurídica cujo nome fantasia é GOIAS COM BOLSONARO e CNAE é o comércio varejista de artigos do vestuário e acessórios, a qual foi baixada em 14/12/2022.
- Como não foram encontrados registros no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica acerca da empresa BOLSONARIUS (com a exatidão deste nome), acredita-se que possivelmente esses dois CNPJs retromencionados eram empregados pela equipe para conduzir as atividades financeiras da loja, inclusive devido à proximidade das

datas em que foram baixadas. Essa possível ausência de registro direto no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica da BOLSONARIUS levanta questões sobre a conformidade e a regularidade das atividades comerciais associadas a ela.

- Por fim, o tópico 5.1.1.5 refere-se a um grupo de Whatsapp chamado de "Lideranças da direita", no qual há 37 participantes, os quais manifestam apoio ao ex-Presidente Jair Bolsonaro e tratam das eleições em 2022. A despeito de o investigado BRUNO AMARAL não enviar mensagens neste grupo, observou-se diálogo tratando acerca de possíveis reações populares após o desfecho das eleições.

4.4 Joselene Maria Sergia Bastos - IPJ nº 121/2024 e 193/2024

Emerge das Informações de Polícia Judiciária nº 121/2024 e 193/2024, oriunda da análise dos dados obtidos por meio do afastamento do sigilo de dados telemáticos de Joselene Maria Sergia Bastos, autorizado nos autos da PET 12.042, a seguinte conclusão: *"A investigada colaborou com assessores indicados pelo deputado Gustavo Gayer para a aquisição de uma associação que já possuísse um CNPJ pré-existente, visando o recebimento de recursos públicos. A irregularidade do processo inclui a elaboração de atas com datas retroativas e a inclusão de nomes de terceiros, sem qualquer vínculo com a associação, na diretoria. Isso se mostrou como principal obstáculo para que o registro da associação fosse concretizado. Embora não haja dados sobre o registro, foi encontrado um requerimento relacionado à análise documental no cartório. Existem evidências de que JOSILENE esteve presente em um evento público, representando o nome da associação. Isso sugere que já estavam em atividade e agindo para dar início às operações da associação privada, visando captar recursos"*

4.5 Análise Documental Cartório Cidade Ocidental - IPJ nº 191/2024

No decorrer da investigação, ao terem emergido evidências que indicam a compra da Associação Comercial das Micros e Pequenas Empresas de Cidade Ocidental - ASCOMPECO, inscrita sob o CNPJ nº 03.578.486/0001-38, através da utilização de interpostas pessoas, comumente referidas como "laranjas", prática frequentemente associada a manobras ilícitas, foram requisitados e realizados exames detalhados nos documentos relativos aos requerimentos e às alterações registradas em cartório de registro. A análise dos registros apresentados junto ao Cartório de Registro de Imóveis, Títulos e Documentos, Civil das Pessoas Jurídicas da Comarca de Cidade Ocidental - GO, conforme a Informação de Polícia Judiciária nº 191/2024, revelou indícios robustos de falsificação documental. Este achado sugere a possibilidade de objetivos ilegítimos por parte do referido grupo.

Constatou-se que foi protocolado um pedido de registro de ata pela ASSOCIAÇÃO COMERCIAL DAS MICROS E PEQUENAS EMPRESAS DE CIDADE OCIDENTAL - ASCOMPECO (CNPJ 03578486000138), datado de 17 de maio de 2023 e entregue por Marta Maria Gomes de Carvalho, cujos contatos são e-mail gca4052@gmail.com e telefone (61)995262257. Marta Maria Gomes de Carvalho, é filha de Antonio Carlos Gomes da Silva, contador responsável pela documentação da Associação. O número de telefone fornecido pertence a Marta, enquanto o e-mail está registrado em nome do contador Antonio Carlos. O registro não foi efetivado em tal cartório conforme os termos da Nota devolutiva do pedido de registro nº 3271: *"A Associação denominada ASSOCIAÇÃO COMERCIAL DAS MICROS E PEQUENAS EMPRESAS DE CIDADE OCIDENTAL - ASCOMPECO, fundada em 30 de outubro de 1999, tinha prazo de duração de 4 anos, conforme estabelecido em seu Estatuto, artigo 1º, razão pela qual se considera extinta, devido à conclusão de seu período de duração."*

O grupo investigado encaminhou ao Oficial de Registro de Títulos e Documentos um requerimento de registro de ata de assembleia da referida associação, assinado por Denis Marques Soares Barbosa, na qualidade de requerente e presidente datado de 11 de maio de 2023. A ata de Assembleia Geral Ordinária da Associação Comercial das Micros e Pequenas Empresas de Cidade Ocidental foi elaborada com o objetivo de registrar as seguintes deliberações: eleição da diretoria, mudança de endereço da sede, alteração da razão social e nome fantasia para Instituto de Desenvolvimento & Investimento Socioeducacional (IDISE) e reforma do Estatuto Social, registrado sob o CNPJ nº 03.578.486/0001-38.

Ressalta-se que a Assembleia Geral Ordinária ocorreu em 30 de outubro de 2003, mas o pedido de registro da ata lavrada só foi efetuado no Cartório de Cidade Ocidental 20 anos depois, em 17 de maio de 2023. Tal fato suscita estranheza quanto à intenção de registrar a ata após uma lacuna temporal significativa, considerando que a ata visa documentar imediatamente o que foi deliberado na reunião. Ademais, o artigo 21 do Estatuto dispõe que "As decisões da Assembleia Geral devem constar em ata, a ser lavrada no mesmo dia da reunião, assinada por seu presidente e pelo secretário(a)."

A composição da diretoria eleita apresenta incongruências flagrantes, dada a data da lavratura da ata em 30 de outubro de 2003: DENIS MARQUES SOARES, presidente, nascido em 1º/09/1995, teria apenas 8 anos de idade; RENAN DOS SANTOS GAMA, tesoureiro, nascido em 30 de agosto de 1997, teria 6 anos; STÉPHANY CRISTINA AGUIAR SILVA, secretária nascida em 23 de fevereiro de 2002, teria 1 ano e com esta idade seria a responsável pela lavratura do ato; TÁCILO CAIKY ALVES PEREIRA, vice-presidente, nascido em 23 de abril de 1994, teria 9 anos à época dos eventos relatados.

4.6 Análise Documental Cartório de Luziânia - IPJ nº 208/2024

Da mesma forma como no item anterior, ao terem emergido evidências que indicam a compra da Associação Comercial das Micros e Pequenas Empresas de Cidade Ocidental - ASCOMPECO, inscrita sob o CNPJ nº 03.578.486/0001-38, através da utilização de interpostas pessoas, comumente referidas como "laranjas", prática frequentemente associada a manobras ilícitas, foram requisitados e realizados exames detalhados nos documentos relativos aos requerimentos e às alterações registradas em cartório de registro. A análise dos registros apresentados junto ao Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas e Títulos e Documentos de Luziânia/GO, conforme a Informação de Polícia Judiciária nº 208/2024, revelou indícios robustos de falsificação documental. Este achado sugere a possibilidade de objetivos ilegítimos por parte do referido grupo.

Consigna-se o requerimento para o registro do Instituto de Desenvolvimento & Investimento Socioeducacional - IDISE, que foi submetido por Lincoln Maciel Barros. Veja-se:

em 16/09/2023, e Priscilla Andrade Moraes (tesoureira) em 12/09/2023;

- Um reconhecimento de firma foi realizado no documento por Vanderly Araújo de Carvalho, que assina como presidente antes da eleição da nova diretoria. Um selo eletrônico autêntico foi verificado no site oficial. Veja-se:

06 SET 2023

Documento assinado digitalmente

Presidente:  **VILMA MARIA DE LIMA**
Lincoln Maciel Barros

Vice-Presidente:  **MIOGRE TAVARES CORONHEIRO**
Míogre Tavares Coronheiro

Secretária:  **SUELI EDNA MACIEL**
Sueli Edna Maciel

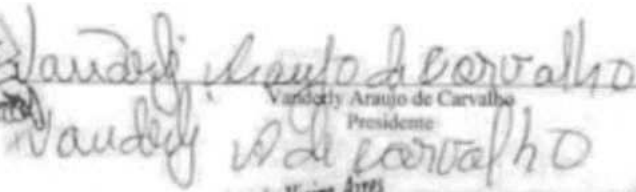
Tesoureira:  **PRISCILLA ANDRADE MORAES**
Priscilla Andrade Moraes

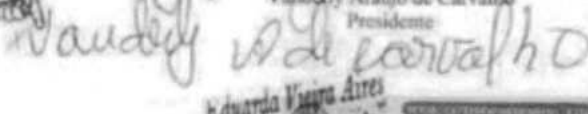
Assinado de forma digital por LINCOLN MACIEL 5500103997121
Data: 2023.09.11 15:01:40 -03'00'


Assinado de forma digital por MIOGRE TAVARES CORONHEIRO
Data: 2023.09.11 15:01:40 -03'00'


Assinado de forma digital por SUELI EDNA MACIEL
Data: 2023.09.11 15:01:40 -03'00'


Assinado de forma digital por PRISCILLA ANDRADE MORAES
Data: 2023.09.11 15:01:40 -03'00'



Vanderly Araújo de Carvalho
Presidente


Eduarda Vieira Aires
Escritorinha



 **VILMA MARIA DE LIMA**
Data: 2023.09.11 15:01:40 -03'00'

 **PRISCILLA ANDRADE MORAES**
Data: 2023.09.11 15:01:40 -03'00'



Atenção: Os poderes para a prática do ato e a validade do registro jurídico devem ser conferidos pelas autoridades e seus

- Uma assinatura digital de Vilma Maria de Lima, datada de 14/09/2023, foi encontrada, apesar de seu nome não aparecer na ata ou em qualquer outro documento do Instituto, sugerindo uma possível assinatura accidental.
- A eleição estabelecida resultou na seguinte diretoria: Lincoln Maciel Barros como presidente; Míogre Tavares Coronheiro como vice-presidente; Sueli Edna Maciel como secretária; e Priscilla Andrade Moraes como tesoureira.


- O Edital de Convocação para a Assembleia Geral Ordinária, programada para 30/10/2019, foi redigido e assinado por Vanderly Araújo Carvalho Barbosa, a presidente anterior, e está datado de 20/10/2019;
- Lincoln Maciel Barros assinou digitalmente a Lista dos Membros Efetivos Aptos a Votarem no mesmo dia dos outros documentos relacionados ao processo, evidenciando a consistência das datas de assinatura. Veja-se:



INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO & INVESTIMENTO SOCIOEDUCACIONAL – IDISE

LISTA DOS MEMBROS EFETIVOS APTOS A VOTAREM

Goiânia-GO, 30 de Outubro de 2019

Nomes	Assinaturas
<p>1.PRESIDENTE: Lincoln Maciel Barros, estado civil casado, profissão empresário, com inscrição no CPF: 081.839.971-21, RG: 44.831-26, com endereço rua 24, número 142, Jardim Goiás, CEP: 748102-26 - Goiânia-GO</p>	
<p>2.VICE-PRESIDENTE: Míngre Tavares Carneiro, estado civil casado, dt. nasc. 08/01/1979, profissão empresário, com inscrição no CPF: 701.702.661-68, RG: 29.008-69 - SSP/GO, endereço: rua T-65, nº 700, aptº 108, bloco B, Edifício Tulipas, Setor Bueno, CEP: 74.236-126 - GOIÂNIA-GO</p>	<hr style="width: 100%;"/>
<p>3.SECRETÁRIA: Sueli Edna Maciel, estado civil viúva, profissão aposentada, data nascimento: 21/04/1960, com inscrição no CPF: 415.918.101-39, RG: 41.801-88, SSP/GO, com endereço: Rua 13, nº 231, Edifício Tocantins, Aptº 303, Setor Central - Goiânia - GO</p>	<hr style="width: 100%;"/>
<p>4.TESOUREIRA: Priscilla Andrade Moraes, estado civil Casada, dt. nasc. 17/05/1982, profissão empresária, com inscrição no CPF: 727.185.321-15, RG: 4326273, com endereço: rua T- 65, nº 700, aptº. 108, bloco B, Edifício Tulipas, Setor Bueno, CEP: 74.236-126 – Goiânia-GO.</p>	<hr style="width: 100%;"/>

Em arremate, de maneira geral, foi possível identificar elementos inconsistentes nos documentos anexos ao Requerimento de Registro direcionados ao Cartório de Luziânia/GO, mormente, relacionados às datas de assinaturas, quando confrontadas com as datas dos fatos descritos; à assinatura da nacional VILMA MARIA DE LIMA, que não foi mencionada na Ata e em nenhum outro documento do Instituto; à similaridade da imagem disposta no requerimento com a enviada pelo assessor JOÃO PAULO durante uma conversa com JOELSON, também secretário parlamentar de GUSTAVO GAYER.

Conforme relatado nos itens anteriores, diante das evidências que sugerem a aquisição da Associação Comercial das Micros e Pequenas Empresas de Cidade Ocidental - ASCOMPECO, inscrita sob o CNPJ nº 03.578.486/0001-38, por meio da utilização de pessoas interpostas, frequentemente denominadas "laranjas" – prática comumente vinculada a manobras ilícitas e à possível presença de objetivos ilegítimos por parte do grupo mencionado –, procedeu-se, conforme a Informação de Polícia Judiciária nº 216/2024, à análise comparativa dos documentos apresentados e das conexões entre os investigados, assim como das semelhanças entre essas documentações utilizadas.

Os documentos analisados, quais sejam as duas versões de requerimentos para alteração da associação analisada, apresentam divergências quanto à composição dos nomes escolhidos para integrar a diretoria, porém exibem similaridades quanto à tipologia textual, à fonte utilizada e ao conteúdo do texto. Tais indícios indicam que tais documentos pertencem à mesma instituição, possivelmente elaborados pela mesma pessoa.

No item 5.2, demonstrou-se a existência de vínculos entre os investigados envolvidos nos requerimentos de registro da IDISE realizados em Cartório. Além disso, destacou-se o fato de que alguns membros mencionados parecem ter uma proximidade maior com o Deputado Gustavo Gayer, o que pode indicar que o Deputado possuía o poder decisório em questões relacionadas à IDISE, como a indicação dos membros que integrariam a equipe diretiva.

É descrita a similaridade entre os documentos produzidos em nome da instituição IDISE. Conforme relatado na IPJ 289/2023, Joselene criou uma série de documentos na tentativa de registrar a instituição em cartório. A partir da IPJ 191/2024, identificou-se que os documentos enviados ao cartório diferiam, em termos de composição da equipe diretiva, daqueles inicialmente produzidos por Joselene.

Verificou-se que nas Atas de Assembleia Geral Ordinária do Instituto, há o mesmo título de apresentação; o mesmo trecho contendo data e hora iguais (“aos trinta dias do mês de outubro do ano [...] às dez horas”); a mesma fonte de letra utilizada nos textos - “Times New Roman”; e o mesmo horário de encerramento da reunião (“o Presidente deu por encerrada a reunião às doze horas e trinta e três minutos”). No Edital de Convocação, na Lista dos Membros Efetivos Aptos a Votarem e na Lista de Presença, também foram destacados trechos semelhantes.

Primeiro Requerimento de Registro da IDISE, direcionado ao Cartório de Cidade Ocidental/GO, em 17/05/2023. Conforme IPJ nº 191/2024, nas minúcias desta Ata de Assembleia Geral Ordinária da Associação Comercial das Micros e Pequenas Empresas de Cidade Ocidental, evidenciaram-se alguns aspectos que questionam sua legitimidade, dada a probabilidade de que os eventos registrados sequer tenham ocorrido, elementos que suscitam que o documento seja ideologicamente falso.

Passo a exposição individualizada de alguns personagens desta investigação.

- Stefani Mauricio Vieira Branco (CPF 86493760100), nascido em 29/05/1974, natural de Goiânia/GO, domiciliado na Rua 20 81, Apto 1204, Cep 74560-595,

Goiânia/GO, é atualmente assessor parlamentar do Deputado Federal Gustavo Gayer. Ele assumiu as responsabilidades anteriormente atribuídas a João Paulo de Sousa Cavalcante, referentes à criação da associação privada denominada IDISE, em colaboração com Joselene Maria Sergia Bastos. De acordo com a IPJ 121/2024, Stefani sugeriu que sua esposa Flavia Sousa de Albuquerque (CPF 42363497104), ocupasse o cargo de presidente da associação. Além disso, ele propôs incluir o nome de seu irmão na diretoria da entidade;

- **Joelson Pereira Martins** (CPF 02722273152) está registrado como secretário parlamentar do Deputado Gustavo Gayer. Ele foi responsável pela criação de artes gráficas para a confecção de camisetas e adesivos vendidos pela loja "Desfazueli". Durante esse período, o investigado recebia remuneração por seu serviço como secretário, por meio de recursos públicos, ao mesmo tempo em que desempenhava funções relacionadas à empresa loja "Desfazuli". De acordo com a IPJ 289/2023, ficou comprovado que Joelson atuou como designer gráfico em alguns documentos relacionados à instituição. O investigado foi identificado na imagem anterior como integrante da equipe do Deputado. Além disso, João Paulo, a pedido de Gustavo Gayer, solicitou que a esposa de Joelson, Stephany Cristina Aguiar Silva (CPF 710.791.871-03), integrasse a equipe da diretoria;
- **Denis Marques Soares Barbosa** (CPF 05091706178) reside na Rua Independência, conjunto 03, lote 1B, Jardim Imperial, Aparecida de Goiânia/GO. Segundo consta na IPJ 289/2023, João Paulo solicitou a Denis para que seu nome fosse inserido como Presidente da associação, sendo ambos amigos. Posteriormente, o investigado encaminhou seus dados para João Paulo, e verificou-se que seu nome foi incluído na primeira Ata de Assembleia Geral Ordinária da IDISE. Ademais, foi identificado que Tacilo Caiky Alves Pereira (CPF 70060604190), residente na Rua H, 87, qd 208 It 48, Cidade Vera Cruz 2, Aparecida de Goiânia/GO, e Renan dos Santos Gama (CPF 05624613105), residente na Rua Gomes Frota, qd 26, It 27, casa 2, Parque das

Amendoeiras/GO, foram indicados por João Paulo para compor o restante dos cargos da diretoria da associação;

- **Marlon Wanderson Lima Barbosa** (CPF 032.738.441-75) exerceu cargo comissionado de assessoria no gabinete do Deputado Fred Rodrigues, na Assembleia Legislativa de Goiás. Segundo a IPJ 121/2024, o investigado foi indicado por Gustavo Gayer para assumir a presidência da IDISE. Essa indicação ocorreu após o afastamento de João Paulo das tratativas relacionadas à associação. Conforme mencionado anteriormente, após esse afastamento, Stefani assumiu a responsabilidade. Diante disso, é notório que Gustavo Gayer manteve controle total sobre as decisões relativas à associação. Na IPJ 184/2024, ficou evidente que Marlon era próximo dos principais envolvidos na composição da associação. Na imagem abaixo, é possível identificar, entre todos os presentes, Gustavo Gayer (1), Joselene Bastos (1), João Paulo (2) e Marlon (3). Mais adiante, João Paulo solicita a Marlon o endereço de sua residência, para que fosse inserido como endereço provisório da IDISE. É importante destacar que tal endereço foi efetivamente utilizado nos documentos enviados ao cartório.

- **Joselene Maria Sergia Bastos** (CPF 41915259134), assistente social, nascida em 24/11/1969, em Goiânia/GO, sendo filha de Jorma Domingas Ferreira de Bastos e Jose Gustavo Chaves, e é domiciliada na Avenida A, 1025, APT 101 D, Goiânia/GO. De acordo com a IPJ 289/2023, em diálogos com João Paulo, foi possível identificar que a investigada intermediou a compra da associação, posteriormente nomeada como IDISE, com o propósito do recebimento de recursos públicos. A investigada desempenhou um papel crucial durante a constituição da associação. Na análise do diálogo entre os dois investigados, é possível observar que Joselene produziu os documentos enviados ao cartório. Na IPJ 121/2024, ficou evidente que ela não poupou esforços para garantir o registro da IDISE, sugerindo até mesmo a inclusão de seu próprio nome na equipe diretiva para simplificar o procedimento e assegurar o registro em cartório. Embora não haja

registros de conversas diretas com o Deputado Gustavo Gayer, é notório que Joselene esteve próxima a ele e recebeu total apoio na criação da associação;

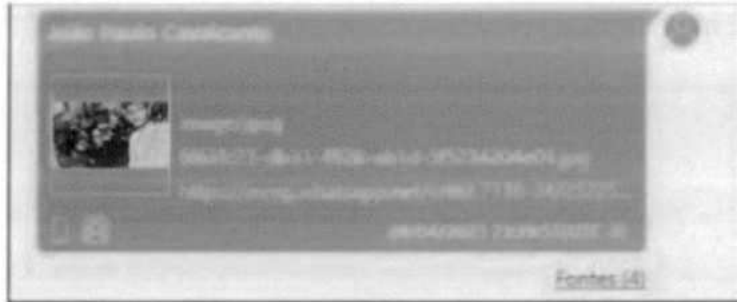
- **Vanderly Araujo de Carvalho** (CPF 22315314100), nascida em 15/01/1961, residente na Quadra SQ 11, QD 04, CS 55, loja 01, Cidade Ocidental/GO. A investigada efetuou a venda do CNPJ da associação privada previamente existente para Gustavo Gayer. Na IPJ 289/2023, ficou comprovado o pagamento por meio de um comprovante de depósito realizado por Joselene, sendo que o valor foi transferido por Gustavo Gayer. Somado a isso, é possível identificar a assinatura de Vanderly nos documentos da IDISE que foram enviados para registro em cartório;

- **Antonio Carlos Gomes da Silva** (CPF 13717553372), nascido em 11/02/1960, residente na Rua 10, QD 10, casa 25, Parque Esplanada V, Valparaíso de Goiás/GO, foi identificado como contador responsável por conduzir todo o trâmite para regularizar a associação, conforme consta na IPJ 121/2024. Inicialmente, houve a tentativa de registro em um cartório de Cidade Ocidental/GO, o que gerou um protocolo mencionado na IPJ 289/2023. Conforme IPJ nº208/2024, de maneira geral, foi possível identificar elementos inconsistentes nos documentos anexos ao Requerimento de Registro direcionados ao Cartório de Luziânia/GO. Ata de Assembleia Geral Ordinária do Instituto de Desenvolvimento & Investimento Socioeducacional - IDISE, questionou-se a veracidade do seu conteúdo. A Assembleia está datada em 30/10/2019, às 10 horas da manhã, no entanto o pedido de registro da Ata lavrada foi efetuado no Cartório de Luziânia em 25/09/2023, o que, por si só, causou estranheza acerca da intenção de se averbar a ata posteriormente ao fato, com uma lacuna temporal significativa. Ademais, a Ata foi assinada digitalmente em datas distintas, quase 4 anos após os eventos descritos: Lincoln Maciel Barros (Presidente) assinou em 11/09/2023; Miogre Tavares Coronheiro (Vice-Presidente), em 12/09/2023; Sueli Edna Maciel (Secretária), em 16/09/2023, e Priscilla Andrade Morales (Tesoureira), em

12/09/2023. Consta também um reconhecimento de firma no documento, com selo eletrônico válido, realizado pela civil Vanderly Araújo de Carvalho, em 06/09/2023, a qual assina a ata, como Presidente (antes da eleição da nova diretoria). Assim, estranhamente, não há nenhuma assinatura na Ata no ano de 2019, quando supostamente ocorreu a Assembleia Ordinária do Instituto de Desenvolvimento & Investimento Socioeducacional. Encontrou-se uma assinatura digital na Ata da Assembleia atribuída à nacional Vilma Maria de Lima (CPF 27702677104), no dia 14/09/2023. No entanto, Vilma não foi mencionada na Ata e em nenhum outro documento do Instituto, não justificando tal assinatura digital. Observou-se que, no endereço da sede alterado para "Avenida Tocantins, qd 65, It. 37 - E, nº251, Apt.303, Setor Central, Goiânia-GO, CEP 74.030.015", localiza-se o Edifício Tocantins, sendo o mesmo endereço (Edifício Tocantins. Apt. 303) informado por Sueli Edna Maciel, secretária da IDISE;

➤ **Lincoln Maciel Barros**, portador do CPF 00103997121, é engenheiro e empresário, filho de Valdeni Sousa Barros (falecido) e Sueli Edna Maciel Barros, natural de São Bernardo do Campo/SP, domiciliado no endereço Rua 54, 142, Apt 802, Visage Actualle, Jardim Goias, Goiânia/GO. Foi ele quem protocolou o Requerimento de Registro, figurando como Presidente da IDISE. Consta a sua assinatura digital na Ata de Assembleia Geral Ordinária, na Lista dos Membros Efetivos Aptos a Votarem, na Lista de Presença da Assembleia e no Termo de Posse. Há publicação do dia 13/03/2024, em que Lincoln, ao divulgar sua biografia para Pré-Candidatura pelo PL de Goiânia, intitula-se como "Presidente da OSC IDISE". Isto é, mesmo o requerimento de registro tendo ocorrido em setembro de 2023, atualmente, Lincoln ainda se considera Presidente da Associação. Observe as capturas de tela realizadas da postagem: Notou-se que Lincoln e Gustavo Gayer são amigos próximos, de modo que Lincoln frequentemente realiza postagens com a presença de Gustavo ou sobre o parlamentar, conforme será exemplificado abaixo. Em 13/04/2024, Lincoln postou uma foto com o

Deputado Federal, parabenizando-o por seu aniversário natalício, com a seguinte legenda: "Parabéns nobre guerreiro e amigo @gusgayer, toda luz, benção e proteção a vc e sua família, tmj 🙏🇧🇷🙏🍀 (presente livro: Homem ao Máximo - Hombridade e semelhança a Cristo são sinônimos) que seja exemplo e motivação para outros Homem". Veja-se o acervo probatório indicativo do vínculo de Lincol Barros para com a investigação:



Autenticado por Delegado de Polícia Federal: LEONARDO AMERICO ANGELO SANTOS, MATRICULA: 23599, em 23/09/2024, às 15:27.



- **Miogre Tavares Coronheiro** (CPF 70170266168), nascido em 08/01/1979, natural de Rialma/GO, é empresário, responsável pela GB Goiânia Ltda (CNPJ 20067683000101), uma escola de artes marciais, na qual Miogre é professor de Jiu Jitsu. Ele reside no seguinte endereço: rua T - 65, nº 700, apt 108, bloco B, Edifício Tulipas, Setor Bueno, CEP 74230120, Goiânia/GO. Miogre compõe a diretoria da IDISE como Vice-Presidente e assina a Ata da Assembleia em 12/09/2023. Miogre é amigo de Lincoln e apoiador de Gustavo Gayer em um evento público. Na imagem, além dos dois, aparece possivelmente o filho de Miogre, sugerindo uma possível relação de proximidade entre o investigado e Gustavo Gayer;
- **Priscilla Andrade Morales** (CPF 72718552115), nascida em 17/05/1982, filha de Liana Andrade de Morales e Getulio Carlos Correia Morales, natural de Goiânia/GO, é sócia e responsável pela Attiva Catering Promoções e Eventos Ltda (CNPJ 97531804000159), uma agência de turismo. Ela é domiciliada na Rua T- 65, nº700, apt 108, bloco B, Edifício Tulipas, Setor Bueno, CEP 74230120, Goiânia-GO. Priscilla foi indicada para ser Tesoureira da Associação e assina a Ata da Assembleia em 12/09/2023. Constatou-se também que ela é casada com Miogre, o Vice-Presidente da IDISE e amigo de Lincoln.
- **Sueli Edna Maciel** (CPF 41591810159), nascida em 21/04/1960, é aposentada, natural de Florida Paulista/SP e possui empresa individual, com nome fantasia Filipi Acessórios (CNPJ 40216727000125). Está domiciliada no endereço: Rua 13, nº251,

Edifício Tocantins. Apt. 303, Setor Central, Goiânia/GO. Sueli foi designada como Secretária da IDISE e é mãe de Lincoln Barros Maciel, o Presidente do Instituto. Além de assinar a Ata da Assembleia em 16/09/2023, verificou-se que o endereço da sede da IDISE coincide com o endereço residencial de Sueli.

Conclusão

Sem a pretensão de esgotar as hipóteses criminais levantadas, - até mesmo porque as investigações estão em curso -, a Polícia Federal conclui pela identificação de um agrupamento de pessoas, com estrutura ordenada e divisões de tarefas, inserida em ambiente político, voltado para tredestinar verbas parlamentares, no caso sob a rubrica do Deputado Federal Gustavo Gayer, mediante expedientes fraudulentos, consistentes em falsificações de documentos (ideal e externa), além do empenho de custos empresarias à conta pública.

Como não poderia deixar de ser, tratando-se de cota parlamentar, a figura central da organização não podia ser outro senão o membro do legislativo, ou quem lhe faça as vezes. No caso concreto, identificou-se com nitidez que Gustavo Gayer era quem dava a última palavra (*autoria intelectual*). Ora, foi ele quem assinou o ofício oferecendo a assessoria a João Paulo, e, posteriormente, ciente do impedimento que inquinava este último, imprimiu expedientes fraudulentos consistentes na contratação da empresa "Goiás Online" com a finalidade velada de remunerar João Paulo. Ainda, era Gayer quem direcionava seus assessores na organização de seus empreendimentos privados ("Loja Desfazueli" e escola de inglês "Gustavo Gayer Language Institute"), as quais eram mantidas, no mesmo endereço e de forma concomitantemente, a seu gabinete político, o qual era naturalmente mantido com recursos públicos.

Conforme identificado no diálogo entre João Paulo e Josilene, as tratativas relacionadas a criação e/ou transformação de pessoas jurídicas para percepção de recursos públicos contava com o expresso apoio de Gayer. A estrutura hierarquizada de poder e decisão aqui também se mantinha. Veja-se que João Paulo e Josilene se reuniam previamente à agenda com o congressista e, na sequência, as demandas lhes eram repassadas, circunstância esperada em ambientes hierarquizados. É dizer, o deputado, imbuído das inúmeras demandas que lhes são cometidas, não cuidava dos meandros estatutários e cartorários, mas nada ia em frente sem a sua anuência. Sem embargo, em alguns expedientes fraudulentos, cite-se especificamente a contratação velada de João Paulo, infere-se o *pactum sceleris* entre o parlamentar e o contratado.

Quanto aos demais personagens, não há dúvidas de que atuavam de forma livre e com desígnios autônomos. João Paulo funciona como *operador* das manifestações de vontade do parlamentar, atuando para criação e/ou alteração de entidades do terceiro setor para posterior recebimento de cota parlamentar, oportunidade em que contou ativamente com a participação da Assistente Social Josilene. Por sua vez, Amanda Caixeta, Leticia de Araújo, Joelson Pereira e Bruno Amaral Machado, eram todos secretários parlamentares e, para os fins a que se destinam o presente feito, *operadores* do congressista na administração da empresa "Loja Desfazueli".

Prosseguindo, quanto a individualização da participação de Lincoln Maciel Barros, destaca-se que foi ele quem protocolou o Requerimento de Registro, figurando como Presidente da IDISE, que, como visto, está atrelada com as

falsificações cartorárias. Notou-se que Lincoln e Gustavo Gayer são amigos próximos, de modo que Lincoln frequentemente realiza postagens com a presença de Gustavo ou sobre o parlamentar.

Conclui-se, pois, que diante do arranjo fático e probatório coligido aos autos, existem robustos substratos de prática delitiva, organizada e com divisão de tarefas, tendo na pessoa de Gustavo Gayer a figura central, que conta com personagens periféricos, assessores parlamentares e pessoas da sociedade civil organizada. Presente tais circunstâncias, além da *utilidade e imprescindibilidade* às investigações, a Polícia Federal entende que é caso de provimento jurisdicional de *primeira palavra* deste e. STF, consistente em Buscas e Apreensões, cujos fundamentos seguem explicitados.

4. Das Medidas Cautelares de Busca e Apreensão

Nas hipóteses criminais aventadas no presente feito, em especial, a associação que vem empreendendo esforços para estabelecer uma OSCIP como possível meio para o desvio de verbas, reputa-se como necessária a medida cautelar de busca e apreensão. Conforme o disposto no artigo 240, §1º do Código de Processo Penal, que estabelece os requisitos para a expedição de mandados de busca e apreensão, torna-se imperativa a solicitação deste procedimento no contexto da investigação em curso. Tal medida resta justificada pela necessidade de localizar objetos relevantes para a elucidação dos fatos, que não puderam ser identificados por meio de medidas investigativas menos invasivas já implementadas.

Os objetos de interesse para a investigação incluem, mas não se limitam, a documentos físicos ou digitais que comprovem a real natureza das operações realizadas pelos investigados, tais como registros de reuniões, correspondências entre os envolvidos, contratos, minutas e qualquer outro elemento que possa indicar a tentativa ou efetiva conclusão de qualificação da associação como OSCIP, bem como a solicitação e o possível recebimento de verbas públicas. Até o momento, as medidas menos invasivas não lograram êxito em desvendar completamente a extensão das atividades dos investigados ou em confirmar a efetivação do registro da associação como OSCIP e do recebimento das visadas verbas públicas.

A busca e apreensão é, portanto, fundamental para acessar essas provas materiais, especialmente considerando que não se sabe ao certo se os investigados conseguiram efetivar o registro da associação nem se receberam as verbas públicas destinadas. A necessidade desta medida intensifica-se diante da possibilidade de que os investigados possam estar em posse de documentos ou outros objetos que facilitem ou comprovem a prática de atividades ilícitas. Ademais, há uma preocupação legítima de que, na ausência de uma intervenção imediata, esses objetos possam ser ocultados ou destruídos, comprometendo a investigação.

Dos pedidos

Por todo o exposto, Eminentíssimo Ministro relator, a Polícia Federal neste ato representado por este Delegado de Polícia subscritor REPRESENTA à Vossa Excelência, para, após manifestação da Procuradoria Geral da República, pela decretação das seguintes medidas:

1. A autuação, em apartado e sob sigilo, desta representação, como medida cautelar de busca e apreensão, nos termos do artigo 230-C, § 2º do RISTF;
2. Pela expedição de mandados de busca e apreensão pessoal e domiciliar nos endereços e alvos a seguir:

NOME	CPF	ENDEREÇO
1. LINCOLN MACIEL BARROS	00103997121	Rua 54, 142, Jardim Goiás, APTO 802 TORRE 02 - ED VISAGE ACTUELLE Goiânia, Goiás, 74810220
2. ANTONIO CARLOS GOMES DA SILVA	13717553372	Rua Aracaju, Quadra 43, Lote 34, Parque Araguari, Cidade Occidental/GO, CEP 72885-236
3. SUELI EDNA MACIEL	41591810159	AVENIDA TOCANTINS, 251, QD 65 LT 02 AP 303, GOIÂNIA, GOIÁS
4. JOSELENE MARIA SERGIA BASTOS	41915259134	Av. "A" com a rua 804, quadra923, lote 06/08, apto 101, Bloco D, Cond. Ed. João XXIII, número 1025, Setor Leste, Vila Nova, Goiânia/GO
5. MIOGRE TAVARES CORONHEIRO	70170266168	RUA T 65 N.700 APTO 108B ED. TULIPAS - SETOR BUENO - GOIANIA/GO
6. PRISCILLA ANDRADE MORALES	72718552115	RUA T 65 N.700 APTO 108B ED. TULIPAS - SETOR BUENO - GOIANIA/GO

7. ANTONIA APARECIDA DE SOUSA ALBUQUERQUE	883.090.961-00	Rua Grécia, Quadra 55, Lote 38, Parque Esplanada III, Valparaíso de Goiás/GO, CEP 72876-355;
8. MARTA MARIA GOMES DE CARVALHO	044.212.241-11	Rua Aracaju, Quadra 43, Lote 34, Parque Araguari, Cidade Ocidental/GO, CEP 72885
9. VANDERLY ARAUJO DE CARVALHO	223.153.141-00.	A confirmar.
10. BRUNO AMARAL MACHADO	01937017150	A confirmar.
11. GUSTAVO GAYER MACHADO DE ARAUJO	93405456134	Rua ACAPU, Quadra L3 Lote 4, RES. ALPHAVILLE FLAMBOYANT, GOIÂNIA GO - CEP 74884534
12. VILMA MARIA DE LIMA	27702677104	RUA 70, QD.126, LT, 52, N512, ED. RENATA, APTO.34 - CENTRO - GOIANIA/GO
13. DENIS MARQUES SOARES BARBOSA	05091706178	RUA DA INDEPENDENCIA, CONJ 3 LT 1B C4, 00, 74.914-641, JD IMPERIAL, APARECIDA DE GOIANIA, GO

14. TÁCILO CAIKY ALVES PEREIRA	70060604190	R. H-87, QUADRA 208 LOTE 48, CIDADE VERA CRUZ, APARECIDA DE GOIÂNIA GO - CEP 74936400
15. RENAN DOS SANTOS GAMA	05624613105	R. 74, 656, APTO 201, ST. CENTRAL, GOIÂNIA GO
16. STEPHANY CRISTINA AGUIAR SILVA	71079187103	RUA DAS ACACIAS, Q9 L1A22 AP403 BL2, CONDOMINIO VILLAGIO, 74913-110, PRQ PRIMAVERA, APARECIDA DE GOIANIA/GO
17. JOELSON PEREIRA MARTINS	02722273152	RUA DAS ACACIAS, Q9 L1A22 AP403 BL2, CONDOMINIO VILLAGIO, 74913- 110, PRQ PRIMAVERA, APARECIDA DE GOIANIA/GO
18. MARLON WANDERSON LIMA BARBOSA	03273844175	A confirmar
19. STEFANI MAURICIO VIEIRA BRANCO	86493760100	Rua 6 A 25, 1004 A SETOR OESTE, CEP 74115080, GOIÂNIA/GO

Dos requerimentos:

3. A concessão de prazo para o levantamento de endereços dos alvos (1- Bruno Amaral Machado; 2 - Marlon Wanderson Lima Barbosa e 3 - Vanderly Araujo De Carvalho), esclarecendo que a diligência encontra-se em andamento e tão logo seja ultimada será informado a este gabinete;
4. Para que seja fornecida autorização de restituição dos documentos, objetos e equipamentos eletrônicos e de informática que, após seu exame, se constatar não mais interessarem à investigação ou que não haja mais necessidade de manutenção da apreensão, em decorrência do término dos exames.
5. Para prevenir eventuais questionamentos sobre a legalidade da coleta da prova, acaso a representação pela busca e apreensão seja acolhida, requer-se, antecipadamente, que seja afastado o sigilo de eventuais documentos bancários, fiscais, telefônicos, **incluindo dispositivos funcionais**, bem como dos dados telemáticos obtidos, permitindo à autoridade acessar dados armazenados em eventuais computadores, smartphones, dispositivos de bancos de dados, mídias de armazenamento de dados (HDs, pen drive, etc.) e quaisquer outros arquivos eletrônicos de qualquer natureza, podendo, se necessário for, realizar a impressão do que for encontrado e submeter à pronta análise policial e perícia técnica;
6. Considerando a relevância da investigação em andamento e as condições de sigilo que o caso requer, no intuito de preservá-lo e impedir eventuais prejuízos ao trabalho, seja mantido o sigilo dos autos e não seja realizada a intimação da parte contrária, uma vez que sua ciência poderá resultar em prejuízos às diligências em andamento, bem como eventuais futuras diligências;

Brasília-DF, em 23 de setembro de 2024.

Leonardo Américo Angelo Santos

Delegado de Polícia Federal

Matrícula 23.599

[Documento Autenticado Eletronicamente]